



DOSSIÊ JUDICIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Processo Judicial

Número Único (CNJ):	5000028-81.2020.8.13.0570
Classe:	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Órgão Julgador:	2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE SALINAS (TJMG)
Número Alternativo:	
Ajuizamento:	
Valor da Causa:	R\$ 34.880,20
Eletrônico:	SIM
Intervenção MP:	NÃO
AJG:	NÃO
Entidade:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Parâmetros:	NÃO HÁ
Vinculações (100 máx):	NÃO HÁ

Dados Básicos

NUP:	00417.340047/2023-16
Tipo:	PROCESSO
Abertura:	19/10/2023 21:07
Volume(s):	1
Fase Atual:	CORRENTE
Classificação:	AÇÕES JUDICIAIS (091)
Espécie:	DOSSIÊ JUDICIAL
Procedência:	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Meio:	ELETRÔNICO
Valor:	R\$ 34.880,20
Restrição de Acesso:	NÃO
Acesso Internet:	NÃO
Vinculações:	NÃO HÁ

Interessados (5 no máximo)

Nome	Modalidade	Representado AGU
MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA (015.051.466-23) ANDERSON ALBERTH RODRIGUES JUNIOR (MG0113231)	REQUERENTE (PÓLO ATIVO)	NÃO
BANCO BMG SA (61.186.680/0001-74) PROCURADORIA - BANCO BMG S/A	REQUERIDO (PÓLO PASSIVO)	NÃO

Assuntos

Nome	Principal
DEFEITO, NULIDADE OU ANULAÇÃO (20490)	SIM
Mais	

Informações

Título:	DOSSIÊ JUDICIAL REFERENTE AOS AUTOS N. 50000288120208130570
Descrição:	
Outro Número:	

Localização

Setor Atual: PROTOCOLO (PRF6R)

Localizador:

Tramitações Recentes (5 últimas)
Origem

Destino

Recebido

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA -
VARA CÍVEL DA COMARCA SALINAS/MG

Autora idosa – 76 (setenta e seis) anos de idade
Prioridade na Tramitação

MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA, brasileira, viúva, pensionista, portadora do RG nº MG-13.362.329 PC/MG, e devidamente inscrita no CPF sob o nº 015.051.466-23, residente e domiciliada na Rua das Aroeiras, nº 62, Nova Esperança, Salinas/MG, 39.560-000, por seus procuradores infra firmados, que esta subscrevem, mandato incluso, vêm à presença de V. Exa. com fundamento no art. 927, parágrafo único do Código Civil, propor a presente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C
CANCELAMENTO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA DE
URGÊNCIA**

Em face do **Banco BMG S/A**, Pessoa Jurídica De Direito Privado, Inscrito No CNPJ N.º 61.186.680/0001-74. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 1830, Andar 10 11 13 e 14; Bloco 01 e 02; Parte Sala 101 102 112 131 141, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, CEP: 04.543-000 pelos Fatos E Fundamentos Jurídicos A Seguir Expostos:

I - PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, salienta a parte autora nos termos da Lei 1060/50 que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento.

O Supremo Tribunal Federal em um de seus julgados preceituou que: "A simples declaração de miserabilidade jurídica por parte do interessado é

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



suficiente para a comprovação desse estado, nos termos do artigo 4º, § 1º da Lei 1060/50” (STF-RE 205.029-RS-DJU de 07.03.97).

Importante ressaltar ainda que a autora possui 76 (setenta e seis) anos, sendo sua única fonte de renda seu benefício previdenciário de pensão por morte previdenciária (NB 140.126.612-3) no valor de um salário mínimo mensal e que devido aos descontos mensais realizados vem recebendo pouco mais de R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme comprova histórico de crédito em anexo.

Por essa razão, o autor requer e faz jus ao benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA (doc. anexado).

II – DOS FATOS

A *Autora*, analfabeta, se encontra atualmente com 76 (setenta e seis) anos de idade, recebe o benefício previdenciário de pensão por morte previdenciária de nº 140.126.612-3.

Sempre que precisou a *Autora*, realizou perante as instituições financeiras empréstimos consignados, para que fosse possível suprir alguma necessidade familiar de urgência.

Todavia, quando procurou a agência da previdência social a fim de verificar os empréstimos que estavam inseridos junto ao seu benefício, observou que havia descontos mensais no seu benefício referentes à Reserva de Margem Consignável (RMC) e Empréstimo Sobre à RMC, conforme se comprova no documento anexo.

Tal situação causou um enorme espanto a *Autora*, uma vez que esta nunca contratou nenhum cartão de crédito junto ao banco *Réu*, recebeu em sua residência, mas nunca foi desbloqueado, portanto, o mesmo nunca foi utilizado pela *Autora*.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



No extrato fornecido pelo INSS (anexo) constam os seguintes contratos em nome do banco *Réu*:

Contrato	Descrição	Data de Inclusão	Limite	Valor Reservado
11639656	Reserva de Margem Consignável (RMC)	Dez/2015	-	R\$ 49,90
11639656	Empréstimo Sobre a RMC	Jan/2016	-	R\$ 49,90

No entanto, a *Autora* desconhece a contratação do cartão de crédito acima, e acredita-se que a mesma possa ter sido vítima de fraude realizada pelos prepostos do banco *Réu*.

Dessa forma, diante dessa situação não resta a *Autora* outra alternativa senão propor a presente demanda, para ter resguardado seus direitos.

III – DO DIREITO

3.1 - DA APLICAÇÃO DO CDC E DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Excelência, no caso em síntese, temos uma típica relação de consumo, visto que a parte autora é consumidora dos serviços fornecidos pelo requerido. Assim, dispõe o Código de Defesa do Consumidor: “Art. 2º: **Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.**”

(...)

Mais adiante ainda dispõe:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - **a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor**, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

(...)

Assim excelência, uma vez configurada a relação de consumo, requer a inversão do ônus da prova, nos termos da legislação supracitada.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



3.2 - DA NULIDADE DO CONTRATO DE Nº. 11639656, BEM COMO DOS DESCONTOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE NO BENEFÍCIO DA AUTORA.

Pois bem Excelência, conforme já abordado acima, a *Autora* por diversas vezes que precisou, acabou contratando empréstimo consignado perante as instituições financeiras que oferecem tal crédito.

A *Autora* é analfabeta e tem plena ciência, de que jamais, contratou nenhuma operação referente a cartão de crédito, e que não recebeu em sua residência, sendo assim, não o desbloqueou e nunca utilizou o mesmo para alguma compra. A autora não assinou qualquer contrato de cartão de crédito com o banco Requerido.

Dessa forma, requer a declaração de nulidade do contrato nº. 11639656, bem como de todos os descontos que foram realizados no benefício da *Autora* provenientes dos referidos contratos.

3.3 - DA DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO BENEFÍCIO DO AUTOR

O código de defesa do consumidor em seu artigo 42, parágrafo único, dispõe que “*O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável*”.

Foram feitos vários descontos indevidos no benefício previdenciário da *Autora*, conforme extrato emitido pelo INSS (doc. Anexo), sendo que os descontos até a presente data totalizam a quantia de R\$ 4.940,10 (quatro mil e novecentos e quarenta reais e dez centavos).

Dessa forma, requer a condenação do banco *Réu* ao pagamento do valor de R\$ 9.880,20 (nove mil e oitocentos e oitenta reais e vinte centavos) descontados indevidamente do benefício da *Autora* **em dobro**, bem como das parcelas que forem descontadas no trâmite da demanda, cuja quantia deverá ser atualizada pelo IGPM, e juros de 1% ao mês desde a data de cada desconto.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



3.4 - DO DANO MORAL

Conforme já exposto acima, a *Autora*, analfabeta, conta atualmente com 76 (setenta e seis) anos de idade e a sua única fonte de renda é seu benefício previdenciário de pensão por morte previdenciária.

Desde a inclusão do referido cartão a *Autora* vem recebendo seu benefício com descontos de um cartão de crédito que não contratou, sendo privado de manter o seu próprio sustento.

Não obstante, efetuar descontos no benefício da *Autora* de cartão de crédito que este não contratou, é claramente uma falha na prestação de serviços do banco *Réu*, devendo este responder objetivamente conforme dispõe o código de defesa do consumidor.

Nessa esteira, é importante analisar o artigo 14 do código de defesa do consumidor:

Art. 14. O fornecedor de serviços **responde, independentemente da existência de culpa**, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Corroborando ainda o posicionamento da jurisprudência, vejamos:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS – **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO SOLICITADO PELO AUTOR – RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL – DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE “EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC” – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO – DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO – DANOS MORAIS – DEVIDOS – QUANTUM R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS) – ADEQUADO – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 12.13 “B” DA TRU/PR – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (TJ-PR Recurso Inominado nº 0004353-90.2015.8.16.0146. 2º Turma Recursal.**

APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA C/C DANO MORAL - RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL - CARTÃO DE CRÉDITO - CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA - IMPEDIMENTO À OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DANO MORAL CONFIGURADO. - **A instituição financeira que registra reserva de margem consignável do segurado junto ao INSS, com base no serviço de cartão de crédito não contratado pelo consumidor comete ato ilícito.** - A conduta ilícita do



banco réu ocasionou o impedimento do exercício do direito da autora de obter crédito no mercado, o que é bastante para configurar o dano moral.

- **É razoável e proporcional a fixação do valor da reparação pelos danos morais em R\$6.780,00, sendo necessário lembrar que a indenização deve alcançar valor tal que sirva de exemplo para o demandado, mas, por outro lado, nunca deve ser fonte de enriquecimento para o autor, servindo-lhe apenas como compensação pela dor sofrida.** - Em havendo sucumbência recíproca, a compensação dos honorários advocatícios é devida, por força do artigo 21 do Código de Processo Civil e Súmula 306 do STJ, mesmo estando uma das partes sob o pálio da Justiça Gratuita.

(TJ-MG - AC: 10467100003996001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 29/08/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/09/2013)

DANOS MORAIS. RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNÁVEL SOBRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO REQUERENTE SEM A SUA ANUÊNCIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DO BANCO RÉU E RECURSO ADESIVO DO AUTOR. [...] RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO SEM AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR COMO FORMA DE GARANTIA DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. ABUSIVIDADE QUE EXTRAPOLA O MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO. OFENSA À PRIVACIDADE DO AUTOR. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR MANTIDO. A reserva de margem de crédito consignável do benefício previdenciário do consumidor, como forma de garantir a contratação futura de empréstimo financeiro, ofende a boa-fé das relações contratuais, como a privacidade do consumidor, respaldando, portanto, a indenização por danos morais. **QUANTUM INDENIZATÓRIO. INSURGÊNCIA COMUM. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. VALOR QUE DEVE SER ARBITRADO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. MONTANTE INCONDIZENTE COM A NARRATIVA DOS FATOS. MAJORAÇÃO DEVIDA. INCONFORMISMO DO AUTOR ACOLHIDO. O valor indenizatório deve conter o efeito pedagógico da condenação, pois deve servir para evitar a reincidência, obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em conta o efeito preventivo ou desestimulante. A reparação do dano moral deve possibilitar uma satisfação compensatória e uma atuação desencorajadora de novas práticas ilícitas, sem provocar enriquecimento sem causa à vítima. [...] APELAÇÃO DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO.** (AC 2012.042377-9, Des. João Batista Góes Ulysséa, j. 13-02-2014).

É insurgente e inegável a caracterização do dano moral ao observarmos a situação fática ora em comento, em virtude da evidente falha na prestação do serviço do banco Réu, diante da frustração que se viu a Autora, sendo privada de utilizar o dinheiro proveniente do seu benefício previdenciário que é a sua única fonte de renda, em razão dos descontos que vem sendo realizados mensalmente.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Com relação ao valor da indenização, a lei não estabelece ou fixa um parâmetro previamente definido para se apurar o valor em indenizações por dano moral. Justo por isso, as balizas têm sido traçadas e desenhadas, caso a caso, por nossas Cortes de Justiça, em especial, pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão responsável pela missão de uniformizar a aplicação do direito infraconstitucional.

O STJ recomenda que as indenizações sejam arbitradas segundo padrões de proporcionalidade, conceito no qual se insere a ideia de adequação entre meio e fim; necessidade-exigibilidade da medida e razoabilidade (justeza). Objetiva-se, assim, preconizando o caráter educativo e reparatório, evitar que a apuração do quantum indenizatório se converta em medida abusiva e exagerada.

Por isso, a jurisprudência tem atuado mais num sentido de restrição de excessos do que, propriamente, em prévia definição de parâmetros compensatórios a serem seguidos pela instância inferior.

Sobre o tema Regina Beatriz Tavares da Silva afirma:

“Os dois critérios que devem ser utilizados para a fixação do dano moral são a compensação ao lesado e o desestímulo ao lesante. Inserem-se nesse contexto fatores subjetivos e objetivos, relacionados às pessoas envolvidas, como análise do grau da culpa do lesante, de eventual participação do lesado no evento danoso, da situação econômica das partes e da proporcionalidade ao proveito obtido como ilícito”.

Em suma, a reparação do dano moral deve ter em vista possibilitar ao lesado uma satisfação compensatória e, de outro lado, exercer função de desestímulo a novas práticas lesivas, de modo a "inibir comportamentos anti-sociais do lesante, ou de qualquer outro membro da sociedade", traduzindo-se em "montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo" (*in* Novo Código Civil Comentado, São Paulo, Saraiva, 2002, p. 841 e 842).

Assim diante dos problemas oriundos da ação do banco *Réu*, requer a condenação do mesmo a pagar danos morais em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, o qual indica como valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com fulcro no artigo 944 do Código Civil.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



IV - CANCELAMENTO DOS DESCONTOS MENS AIS – DANOS MATERIAIS – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE

Deflui-se da narração dos fatos que o Requerido está se locupletando ilegalmente em desfavor da Requerente, pois está havendo o descontos mensais de dois valores, sendo um de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) com fundamento em um suposto contrato de cartão de crédito de nome Reserva de Margem Consignável (RMC) e outro no valor de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) referente a Empréstimo sobre a RMC em seu benefício previdenciário que é desconhecido pela Requerente.

Essa situação trouxe para a Requerente até a presente data um dano material de **R\$ 4.940,10 (quatro mil e novecentos e quarenta reais e dez centavos)** referentes aos descontos realizados desde **DEZEMBRO/2015**.

Desta maneira, a melhor solução para o caso é o cancelamento imediato destes descontos, sob pena de prejuízos maiores dos que até então já foram experimentados.

Evidentes desta forma a lesão ocasionada a Requerente, torna-se justificável a antecipação de tutela ora pleiteada, sob pena do mesmo vir a sofrer mais danos, os quais, por sua natureza, tornar-se-ão irreparáveis, configurando o *periculum in mora*, pois a mesma, conforme sobredito não está mais honrando corretamente com os seus compromissos mensais, o que além de transtornos psicológicos/morais, traz ainda a fama de “má pagadora” na sua comunidade, tudo por causa de uma falha terrível do Requerido que deve ser punido severamente por este juízo.

Existe ainda, como acima referido, prova inequívoca suficiente para que o douto juízo se convença da verossimilhança da alegação e do perigo na demora, requisitos estes que possibilitam a concessão da tutela antecipada, conforme o artigo 303 do Código de Processo Civil 2015, pois a Requerente informou que não celebrou nenhum contrato com o Requerido, nunca assinou nenhum documento referente ao suposto contrato de cartão de crédito, nem mesmo teve o suposto cartão de crédito disponibilizado.

Há de se considerar, ainda, o caráter alimentar do benefício, como mais um fundamento para a necessidade de concessão imediata da medida pleiteada.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Nestes termos, outra medida não resta, senão **a concessão de tutela antecipada** para determinar que seja cancelado os descontos mensais referentes à Reserva de Margem Consignável (RMC) no valor de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) e a Empréstimo Sobre a RMC no valor de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos), relacionados respectivamente no benefício da Requerente, sob pena de prejuízos irreparáveis, tendo em vista que o mesmo não possui outra fonte de renda e encontra-se impossibilitada de efetuar o pagamento integral das contas que estão em aberto devido a essa fraude praticada pelo Requerido.

À guisa de arremate, diante do caráter urgente da medida pleiteada e do receio de que a Requerente venha sofrer prejuízos patrimoniais e morais ainda maiores dos que até então já foram experimentados, os quais, por sua natureza, são de difícil e incerta reparação, e por estarem presentes os pressupostos processuais, requer seja determinando *initio litis* o cancelamento do desconto do empréstimo RMC que quando somados tais descontos atingem a exorbitante quantia de **R\$ 4.940,10 (quatro mil e novecentos e quarenta reais e dez centavos)** no benefício da Requerente.

V. EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Com a finalidade de instruir o processo, a parte requerente entende necessário que o Requerido junte aos autos cópia do contrato de nº 11639656, que consta do histórico de CONTRATO DE CARTÃO e EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC juntado aos autos.

A finalidade de apresentação do documento supramencionado e demonstrar que a Requerente não celebrou nenhum contrato e que a provável assinatura que ali consta não é da mesma.

Tendo em vista que se trata de documento de elaboração obrigatória para fins de empréstimo sobre a RMC e que o Requerido possui arquivos com referidos contratos em seu poder, não há dúvida quanto à posse do contrato por parte da mesma.

IMPORTANTE DESTACAR QUE SE O REQUERIDO NÃO APRESENTAR REFERIDO DOCUMENTO, DEVERÁ SER APLICADA A PENA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



VI – DESINTERESSE NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

A PARTE AUTORA NÃO POSSUI INTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, tendo em vista que em centenas de audiências já realizadas nesta comarca, a parte Requerida não apresentou nenhuma proposta de acordo. Desta forma, com base nos princípios da economia e celeridade processual, requer seja citado a parte Ré para que, querendo, conteste a presente ação no prazo legal, sob pena de confissão dos fatos alegados, bem como os efeitos da revelia.

VII - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo exposto, pede e requer a Vossa Excelência:

a) a **antecipação de tutela em caráter de urgência (art.303 CPC/2015)**, determinando o cancelamento imediato dos descontos mensais realizados em favor do requerido no valor de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) referente à Reserva de Margem Consignável (RMC) e no valor de R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) referente à Empréstimo Sobre a RMC, pertencente ao empréstimo do contrato n°. **11639656**; caso seja deferida a antecipação de tutela, o que se espera, requer seja oficiado o Banco Réu, para que proceda ao cancelamento do desconto noticiado, sob pena de multa cominatória a ser fixada por Vossa Excelência;

b) A citação do Requerido para que, querendo, conteste a presente ação no prazo legal, sob pena de confissão dos fatos alegados, bem como os efeitos da revelia;

c) Seja julgada procedente a presente ação declarando a nulidade do contrato n. **11639656**, bem como de todos os descontos que foram realizados no benefício da *Autora*, provenientes dos referidos contratos e ainda, condenar o Requerido **a restituir em dobro do valor de R\$ 9.880,20 (nove mil e oitocentos e oitenta reais e vinte centavos)** descontados indevidamente do benefício do *Autor*, bem como das parcelas que forem descontadas no trâmite da demanda, cuja a quantia deverá ser atualizada pelo IGPM, e juros de 1% ao mês desde a data de cada desconto.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



d) A condenação do Requerido ao pagamento do valor de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** a título de indenização por danos morais;

e) A inversão do ônus da Prova, nos termos do art.6º, VIII do CDC, para que o Requerido junte os “supostos” contratos de contração do Cartão de Crédito;

f) A concessão da justiça gratuita ao *Autor*;

g) A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;

h) A INTIMAÇÃO DO REQUERIDO PARA EXIBIR O CONTRATO Nº 11639656, SOB PENA DE INCORRER NA DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 400 DO CPC.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente as documentais, periciais e testemunhais.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 34.880,20 (trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta reais e vinte centavos).

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Montes Claros, 15 de janeiro de 2020.

Anderson Alberth Rodrigues Junior
OAB/MG 113.231

Camila Carvalho Prates
OAB/MG 160.359

Lorraine Alves Gonçalves
OAB/MG 187.511

Bruna Aparecida Neves Aragão
OAB/MG 180.033

Wallace de Carvalho Prates
Estagiário de Direito

COMARCA DE SALINAS - MINAS GERAIS

Cartório do 1º. Ofício de Notas

CNPJ: 21.350.624/0001-09

cartorio1of@yahoo.com.br Tel: (038) 3841-1162

Edith Brito de Oliveira

TABELIA

Mara Lúcia Santana Neves e Abreu

Edigar Brito de Oliveira

SUBSTITUTOS

Rua: Barão do Rio Branco, 60 - Centro

SALINAS -:- MINAS GERAIS

Livro:146

Folha:041

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove) nesta Cidade de Salinas, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do Primeiro Ofício de Notas na Rua Barão do Rio Branco nº 60, compareceu como outorgante: Outorgante: **MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA**, analfabeta, brasileira, pensionista, viúva, filha de Clemente Caldeira dos Santos e Fabriciana Rodrigues dos Santos, residente e domiciliada na Rua das Aroeiras, 62, Bairro Nova Esperança, Salinas, Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.362.329 expedido por SSP/MG, CPF nº 015.051.466-23 assinando à rogo dela **CLEVISON PEREIRA DOS REIS**, brasileiro, empresário, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.363.452 expedido por SSP/MG, CPF nº 056.858.326-48, residente e domiciliado na Avenida Floriano Peixoto, 29, Centro, Salinas, Minas Gerais, ficando no final desta a impressão datiloscópica de seu polegar direito, como prova de seu consentimento. Parte que se identificou ser a própria, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante me foi dito que, nomeia e constitui seu bastante procurador: Outorgado: **ANDERSON ALBERTH RODRIGUES JÚNIOR**, brasileiro, advogado, maior, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.346.949 expedido por SSP/MG, OAB/MG 113.231, CPF nº 066.628.856-90, com endereço comercial Rua Correia Machado, 1025, sala 1106, centro, Montes Claros, Minas Gerais; com poderes especiais para **AJUIZAR AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C/ CANCELAMENTO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DO INDEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C COM PEDIDO DE TUTELA DE URGENCIA EM FACE DO BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS e BANCO BMG**, conferindo ainda poderes para transigir, firmar compromissos ou acordos, receber alvarás, levantar RPVs em instituições bancárias e financeiras, precatórios, guias de depósito judicial, podendo substabelecer, com ou sem reserva de poderes, dando por tudo bom, firme e valioso. MINUTA DA OUTORGANTE. Quantidade: 1 - (Código:


1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 30,69; Recompe: R\$ 1,84; ISS: R\$ 0,92; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 10,24 - Valor total: R\$ 43,69. Quantidade: 3 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 17,94; Recompe: R\$ 1,08; ISS: R\$ 0,54; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 5,97 - Valor total: R\$ 25,53. - Selo Digital: CZO88247 - Código de Segurança: 6174.0080.7229.3452. Assim o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe lavrei nas minhas notas, lendo-o à outorgante, e, tendo achado conforme, outorgou, aceitou e assinou, dispensada a presença de testemunhas. com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, Mara Lúcia Santana Neves e Abreu, Substituta a fiz digitar. Eu, Mara Lúcia Santana Neves e Abreu, Substituta a subscrevo e assino. (aa) CLEVISON PEREIRA DOS REIS; Mara Lúcia Santana Neves e Abreu. Traslada em seguida.

Salinas, terça-feira, 10 de dezembro de 2019

EM TESTO.

DA VERDADE.

Mara Lúcia S. Neves e Abreu
Substituta, Mara Lúcia Santana Neves e Abreu

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Salinas - MG	
Selo de Fiscalização: CZO88247	
Código de Segurança: 6174.0080.7229.3452	
Quantidade de Atos: 4	
Ato(s) praticado(s) por: Mara Lúcia Santana Neves e Abreu - Substituta	
Emol.: R\$ 51,55; Taxa de Fiscalização: R\$ 16,21; Total: R\$ 67,76; ISS: R\$ 1,46	
Consulte a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br	

FORMULÁRIO DE PERGUNTAS

1. Tem empréstimo consignado? Em caso positivo, quantos?

Sim, 05.

2. Tem cartão de crédito do banco que fez empréstimo consignado?

Sim.

3. Caso tenha cartão de crédito, o mesmo já foi utilizado ou desbloqueado?

Não.

OBS: Neste caso, caso o cliente tenha o cartão e nunca foi utilizado ou desbloqueado favor enviar o cartão e todos os documentos relativos ao cartão que foram recebidos. Se tiver a via do cartão melhor ainda o original.

4. No histórico de consignação consta desconto de contratação de cartão de crédito? Quantos?

Sim, 02.

OBS: Pode ser que tenha mais de um banco que faça o desconto. Neste caso é necessário um kit para cada banco. Vale lembrar que só pode ajuizar ação o cliente que tem o cartão e nunca utilizou ou que nunca tenha recebido o cartão.

5. Contratou cartão de crédito com o banco do empréstimo consignado? Assinou o contrato? Sabe ler e escrever? Estudou até que série?

Não, Não, Não, Inalculável.

6. Outras informações que entender pertinentes



CLIENTE

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Extrato de Empréstimos Consignados

14/01/2020 08:31:17

Dados do Beneficiário		Número do Benefício: 140.126.612-3		CPF: 015.051.466-23	
Dados do Benefício					
Espécie: PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA					
Situação: ATIVO					
Características:					
É Pensão Alimentícia: Não		Possui Representante Legal: Não		Bloqueado para Empréstimo: Não	
		Elegível para Empréstimo: Sim			
Margem Consignável					
Base de Cálculo: R\$ 998,00		Margem para Empréstimo: R\$ 18,82		Margem para Cartão: R\$ 0,00	
Instituição Pagadora					
CBC/Banco: 4 - BNB (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A)		Tipo: Cartão Magnético		Ag.: 60	
C/C.:					
Contratos de Empréstimos					
Empréstimo		CBC / Banco		Comp. 1ª Parcela	
		Comp. Última Parcela		QTD Parcelas	
596112358		29 - Itau Consignado S.A.		02/2019	
Situação: Ativo		01/2025		31/01/2019	
		72		R\$ 28,08	
		R\$ 1.000,00			
811052285		394 - BRADESCO PROMOTORA		12/2018	
Situação: Ativo		11/2024		05/12/2018	
		72		R\$ 161,29	
		R\$ 5.961,72			
582038317		29 - Itau Consignado S.A.		07/2018	
Situação: Ativo		06/2024		06/06/2018	
		72		R\$ 37,98	
		R\$ 1.407,09			
5000000000001775177		903 - Intermedium		10/2015	
Situação: Ativo		09/2021		09/09/2015	
		72		R\$ 33,84	
		R\$ 1.183,60			
O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.					

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Extrato de Empréstimos Consignados

Dados do Beneficiário		Número do Benefício: 140.126.612-3				CPF: 015.051.466-23	
Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA							
Empréstimo	CBC / Banco	Comp. 1ª Parcela	Comp. Última Parcela	Data inclusão	QTD Parcelas	Valor Parcela	Valor Empréstado
306408859-8	623 - Panamericano	06/2015	05/2021	09/05/2015	72	R\$ 19,39	R\$ 673,03
Situação: Ativo							
Contratos de Cartão							
Nº Contrato	CBC / Banco	Data de Inclusão		Situação		Limite	Valor
11639656	318 - BMG	03/02/2017		Ativo		R\$ 1.100,00	R\$ 46,85

Demonstrado apenas empréstimos ativos e suspensos.



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 200114YTJGKJ36

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Créditos do Benefício

NB: 1401266123

Espécie: 21 - PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIÁRIA

APS: 11026080 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SALINAS

Data de Início do Benefício (DIB): 15/05/2006

Data de Cessação do Benefício (DCB):

Data de Início do Pagamento (DIP): 15/05/2006

MR: R\$ 998,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2015	01/12/2015 a 31/12/2015	R\$ 552,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	23/12/2015	04/01/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 08/12/2015 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 23/12/2015 Fim: 29/02/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 788,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,30
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 69,26
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 788,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,52
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 39,40

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2016	01/01/2016 a 31/01/2016	R\$ 605,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/01/2016	01/02/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 09/01/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/01/2016 Fim: 31/03/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,70
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 69,26
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 39,40
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,22
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 39,40

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2016	01/02/2016 a 29/02/2016	R\$ 674,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	24/02/2016	01/03/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/02/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 24/02/2016 Fim: 29/04/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,44
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 39,40
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,66
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 39,40

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2016	01/03/2016 a 31/03/2016	R\$ 577,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/03/2016	01/04/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/03/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/03/2016 Fim: 31/05/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,30
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 39,40
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,96
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 39,40

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2016	01/04/2016 a 30/04/2016	R\$ 578,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/04/2016	02/05/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 04/04/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/04/2016 Fim: 30/06/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,54
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 38,64
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,50
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2016	01/05/2016 a 31/05/2016	R\$ 579,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/05/2016	01/06/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/05/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/05/2016 Fim: 29/07/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,08
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 37,18
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,58
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	R\$ 581,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/06/2016	01/07/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/06/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/06/2016 Fim: 31/08/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,80
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 35,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,38
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2016	01/07/2016 a 31/07/2016	R\$ 582,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/07/2016	01/08/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/07/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/07/2016 Fim: 30/09/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,56
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 34,66

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,94
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2016	01/08/2016 a 31/08/2016	R\$ 1.022,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/08/2016	01/09/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 06/08/2016 Origem: Geração de credits mensais. Validade Início: 26/08/2016 Fim: 31/10/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 440,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,45
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 34,55
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,39
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2016	01/09/2016 a 30/09/2016	R\$ 583,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/09/2016	03/10/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/09/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/09/2016 Fim: 30/11/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,18
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 33,28
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,57
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2016	01/10/2016 a 31/10/2016	R\$ 582,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/10/2016	01/11/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 08/10/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/10/2016 Fim: 30/12/2016

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,57
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 34,67
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,14
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2016	01/11/2016 a 30/11/2016	R\$ 1.017,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/11/2016	30/11/2016	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/11/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/11/2016 Fim: 31/01/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,71
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,14
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 34,67
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 440,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
305	DESCONTO MAIOR 65 ANOS - I.R. 13.SALARIO	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,71
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 440,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2016	01/12/2016 a 31/12/2016	R\$ 582,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/12/2016	02/01/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/12/2016 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/12/2016 Fim: 24/02/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 880,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,57
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 15,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 34,67
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 880,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,28
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2017	01/01/2017 a 31/01/2017	R\$ 657,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/01/2017	26/01/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/01/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/01/2017 Fim: 31/03/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,90
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,78
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,18
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 44,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2017	01/02/2017 a 28/02/2017	R\$ 624,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	21/02/2017	02/03/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/02/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 21/02/2017 Fim: 28/04/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,68
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,78
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,86
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2017	01/03/2017 a 31/03/2017	R\$ 688,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/03/2017	30/03/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/03/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/03/2017 Fim: 31/05/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,01
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,54
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,87

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

322

RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)

R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2017	01/04/2017 a 30/04/2017	R\$ 624,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/04/2017	27/04/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 04/04/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/04/2017 Fim: 30/06/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,44
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,54
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,31
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2017	01/05/2017 a 31/05/2017	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/05/2017	30/05/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 06/05/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/05/2017 Fim: 31/07/2017

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,16
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 29,26
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,47
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2017	01/06/2017 a 30/06/2017	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/06/2017	29/06/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/06/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/06/2017 Fim: 31/08/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,16
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 29,26
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,63
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2017	01/07/2017 a 31/07/2017	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/07/2017	28/07/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/07/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/07/2017 Fim: 29/09/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,16
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 29,26
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,79
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2017	01/08/2017 a 31/08/2017	R\$ 1.096,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/08/2017	29/08/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/08/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/08/2017 Fim: 31/10/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 468,50
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,33
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 28,93
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,12
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2017	01/09/2017 a 30/09/2017	R\$ 628,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/09/2017	26/09/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/09/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/09/2017 Fim: 30/11/2017

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,83
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 28,93
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,95
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2017	01/10/2017 a 31/10/2017	R\$ 628,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/10/2017	26/10/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/10/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/10/2017 Fim: 29/12/2017

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,83
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 28,93
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,78
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2017	01/11/2017 a 30/11/2017	R\$ 1.090,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/11/2017	27/11/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 04/11/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/11/2017 Fim: 31/01/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,11
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 28,93
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 468,50
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
305	DESCONTO MAIOR 65 ANOS - I.R. 13.SALARIO	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,11
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 468,50

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2017	01/12/2017 a 31/12/2017	R\$ 624,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	21/12/2017	21/12/2017	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 03/12/2017 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 21/12/2017 Fim: 28/02/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 937,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,38
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,48
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 937,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2018	01/01/2018 a 31/01/2018	R\$ 641,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/01/2018	26/01/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/01/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/01/2018 Fim: 29/03/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,38
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 32,48
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,87
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2018	01/02/2018 a 28/02/2018	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	23/02/2018	26/02/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/02/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 23/02/2018 Fim: 30/04/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,75
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 64,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 96,86
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,62
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2018	01/03/2018 a 31/03/2018	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/03/2018	26/03/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 04/03/2018 Origem: Geração de credits mensais. Validade Início: 26/03/2018 Fim: 31/05/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,75
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,37
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2018	01/04/2018 a 30/04/2018	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/04/2018	25/04/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/04/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/04/2018 Fim: 29/06/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,75
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,12
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2018	01/05/2018 a 31/05/2018	R\$ 627,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/05/2018	25/05/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/05/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/05/2018 Fim: 31/07/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,75
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 32,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,87
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2018	01/06/2018 a 30/06/2018	R\$ 660,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/06/2018	26/06/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 09/06/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/06/2018 Fim: 31/08/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,97
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,84
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2018	01/07/2018 a 31/07/2018	R\$ 622,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/07/2018	26/07/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/07/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/07/2018 Fim: 28/09/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,95
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,79
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2018	01/08/2018 a 31/08/2018	R\$ 1.099,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/08/2018	28/08/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/08/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/08/2018 Fim: 31/10/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 477,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,95
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 6,74
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2018	01/09/2018 a 30/09/2018	R\$ 622,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/09/2018	25/09/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/09/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/09/2018 Fim: 30/11/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,95
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 7,69

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

322

RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)

R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2018	01/10/2018 a 31/10/2018	R\$ 622,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/10/2018	26/10/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 06/10/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/10/2018 Fim: 31/12/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,95
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 8,64
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2018	01/11/2018 a 30/11/2018	R\$ 1.090,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/11/2018	27/11/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 09/11/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/11/2018 Fim: 31/01/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,59
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 8,64
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,60
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 477,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
305	DESCONTO MAIOR 65 ANOS - I.R. 13.SALARIO	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,59
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 477,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2018	01/12/2018 a 31/12/2018	R\$ 655,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	21/12/2018	24/12/2018	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 08/12/2018 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 21/12/2018 Fim: 28/02/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 954,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,35
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 954,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,94
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2019	01/01/2019 a 31/01/2019	R\$ 699,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/01/2019	28/01/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/01/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/01/2019 Fim: 29/03/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,35
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,29
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 46,85

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2019	01/02/2019 a 28/02/2019	R\$ 671,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/02/2019	26/02/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 09/02/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/02/2019 Fim: 30/04/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,72
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2019	01/03/2019 a 31/03/2019	R\$ 671,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/03/2019	26/03/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 09/03/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/03/2019 Fim: 31/05/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,43
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 46,85
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,15
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
04/2019	01/04/2019 a 30/04/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/04/2019	25/04/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 06/04/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/04/2019 Fim: 28/06/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 2,63
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2019	01/05/2019 a 31/05/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/05/2019	28/05/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/05/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/05/2019 Fim: 31/07/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,11
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2019	01/06/2019 a 30/06/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/06/2019	04/07/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 08/06/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/06/2019 Fim: 30/08/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 3,59
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2019	01/07/2019 a 31/07/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/07/2019	26/07/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 06/07/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/07/2019 Fim: 30/09/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,07
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2019	01/08/2019 a 31/08/2019	R\$ 1.167,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	27/08/2019	27/08/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 10/08/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 27/08/2019 Fim: 31/10/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 499,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 4,55
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
09/2019	01/09/2019 a 30/09/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	25/09/2019	27/09/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/09/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 25/09/2019 Fim: 29/11/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
--------	-------------------	-------

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,03
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2019	01/10/2019 a 31/10/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	28/10/2019	29/10/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 05/10/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 28/10/2019 Fim: 30/12/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,51

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

322

RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)

R\$ 49,90

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
11/2019	01/11/2019 a 30/11/2019	R\$ 1.162,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	26/11/2019	27/11/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 14/11/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 26/11/2019 Fim: 31/01/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,99
215	AJUSTE DO ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 5,51
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 499,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
305	DESCONTO MAIOR 65 ANOS - I.R. 13.SALARIO	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,99
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90
323	ADIANTAMENTO DE 13 COMPETENCIA ANTERIOR	R\$ 499,00

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Histórico de Créditos

14/01/2020 08:41:37

Identificação do Filiado

NIT: 117.99180.68-3

CPF: 015.051.466-23

Data de Nascimento: 10/07/1943

Nome: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

Nome da mãe: FABRICIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Compet. Inicial: 12/2015

Compet. Final: 01/2020

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
12/2019	01/12/2019 a 31/12/2019	R\$ 668,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	23/12/2019	26/12/2019	Não	Não

Banco: 4 - BNB OP: 6515 - SALINAS Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 07/12/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 23/12/2019 Fim: 28/02/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 998,00
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R\$ 0,48
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 19,39
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 33,84
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 37,98
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 161,29
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R\$ 28,08
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R\$ 49,90
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 998,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 1,47
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 49,90



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 200114H6XQ9G28



Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Salinas/MG

Ref.: Autos nº. 5000028-81.2020.8.13.0570

BANCO BMG S/A, nos autos da ação em referência, movida por **MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, por seus procuradores ao final assinados, apresentar **CONTESTAÇÃO**, consoante fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

I – DOS FATOS

Cuidam-se os autos de ação indenizatória ajuizada pela parte autora sob argumento de que foi surpreendida com descontos em folha decorrentes de suposta contratação de cartão de crédito consignado na modalidade RMC, supostamente contratado junto à Instituição Financeira ré.

Sustenta que, nada obstante, jamais firmou qualquer contrato junto ao BMG, motivo pelo qual alega ter sido vítima de transação fraudulenta.

Em virtude disso, pleiteou a declaração de nulidade dos contratos reclamados, a devolução em dobro de valores descontados, bem como indenização por danos morais.

Nada obstante, nenhuma razão assiste ao Autor, consoante restará demonstrado ao final desta peça contestatória.



II – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Quanto à possibilidade de realização da audiência de conciliação, a Autora já manifestou o desinteresse na realização da mesma, desta forma, a Ré também informa que não tem interesse, bem como nenhuma proposta de acordo a ser realizada na referida audiência.

Sendo assim, requer que a audiência de conciliação seja cancelada, nos termos dos arts. 319, VII e 334, §4º, do CPC.

III - DO MÉRITO

III.1 – DA REALIDADE DOS FATOS

Inicialmente, cumpre evidenciar que os descontos reclamados na petição inicial decorre de contrato de cartão de crédito consignado, avença regularmente pactuada pela parte autora junto ao Banco BMG conforme demonstrado no contrato em anexo devidamente assinado pelo Autor. O que demonstra a total ciência do contrato pelo Requerente.

Trata-se de contrato na modalidade RMC (reserva de margem consignável), disponibilizado aos clientes com margem consignável de até 10% dos vencimentos. Ao utilizar o serviço para fins saque de valores ou compras, o valor da fatura é debitado automaticamente no contracheque do contratante, até o limite disponível, permanecendo o saldo devedor para ser quitado pelo cliente mediante pagamento dos boletos encaminhados e, caso assim não se proceda, seguirão ocorrendo os descontos, até a quitação total da dívida.



Nesse contexto, infere-se que as cobranças reclamadas a título de RMC, decorrem da utilização do cartão fornecido pela Instituição Financeira Ré com autorização da parte Autora, conforme se depreende do contrato anexo, devidamente assinado.

Como é cediço, no ato da contratação, a modalidade do produto, bem como os encargos decorrentes do contrato objeto da lide foram devidamente informados à parte Autora que, ciente das cobranças, optou por firmar o contrato de empréstimo junto à Instituição Financeira Ré na modalidade cartão de crédito consignado.

Note-se que a despeito da Autora ignorar as características do produto, pugnando até mesmo sua readequação para empréstimo consignado, verifica-se através dos documentos anexos que efetuou a transações que somente podem ser efetuadas mediante contratação do produto em comento. Como é cediço, o pagamento mínimo da fatura enseja cobrança de encargos sobre o saldo remanescente, razão pela qual a dívida do autor estende-se até a presente data.

Dessa forma, o autor se omite em dizer que conforme comprovantes e faturas anexas, em 16/12/2015, foi disponibilizado um saque no valor de R\$ 1.065,94 (um mil e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), em 09/01/2018, um saque no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), em 18/09/2018, um saque no valor de R\$ 145,26 (cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos) e em 04/12/2019, um saque no valor de R\$ 218,04 (duzentos e dezoito reais e quatro centavos). Todos estes saques foram disponibilizados através de transferência bancária na Caixa Econômica Federal, na agência 1830, na conta 41016-8. (Comprovantes anexo)



Note-se que, nenhum contrato de empréstimo consignado possibilita a realização de saques, compras e envio de faturas, o que comprova que o desconhecimento mencionado pelo Autor não merece prosperar.

Ressalte-se que, ainda que o Autor não tenha recebido as faturas em algum momento, poderia ter obtido de outra forma, visto que o Réu disponibiliza o documento através de ficha bancária, emissão de segunda via da fatura através de internet banking, solicitação de código de barras através da central de atendimento, formulário de pagamento avulso, pagamento direto no caixa do réu ou qualquer outra forma aceita pelo Réu.

Com efeito não é crível que, após usufruir do dinheiro levantado, bem como **sofrer descontos com rubrica de cartão de crédito por vários meses, que a parte autora tenha sido vítima de transação fraudulenta.**

Ademais, o contrato assinado não apresenta menção do número de parcelas haja vista as peculiaridades do produto contratado, restando **evidente que o contrato apresenta informações suficientes para afastar erro de vontade, constando expressamente que apenas o valor mínimo seria descontado em folha de pagamento.**

Assim, considerando todas as provas constantes dos autos, **impõe-se que seja julgado improcedente o pedido de nulidade contratual formulado pelo Autor.**

III.2 – DA IMPERTINÊNCIA DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE

VALORES

Face o exposto, ao contrário do que o Autor pretende fazer crer na inicial, o Réu não obteve qualquer vantagem ilícita no contrato, tendo agido sempre pautado nos permissivos da Lei e no contrato celebrado entre as partes.

Ademais, os preceitos legais e os entendimentos jurisprudências colacionados comprovam que o pacto firmado está em completa consonância com o ordenamento jurídico.

Portanto, requer que seja julgado improcedente o pedido de restituição vez que não foram realizadas cobranças indevidas e considerando ainda que o autor além de ter utilizado o produto em compra e saques, não demonstra os valores que entende indevidos.

Eventualmente em caso de V.Exa. entender que existem valores a serem ressarcidos, requer que sejam devolvidos apenas o que este douto juízo entender como indevido e não toda quantia quitada como pleiteia a parte contrária, vez que o autor utilizou o produto devendo arcar com os dispêndios e considerando ainda que apenas efetuou o pagamento mínimo da fatura e não sua quitação integral.

III.3 – DA INEXISTÊNCIA DOS DANOS MORAIS

Consoante restou demonstrado todas as cobranças realizadas pelo réu são amparadas em relação contratual firmada entre as partes, não havendo nenhuma ilegalidade neste sentido que justifique a indenização por danos morais



pretendida pelo autor.

Note-se que o autor sempre teve ciência do produto contratado, haja vista o contrato assinado e considerando que utilizou o cartão em compras e saques, conforme elucidam as faturas que são enviadas ao seu endereço e seguem anexas.

Ademais, ainda que seja considerada abusividade na cobrança dos juros, o que não se espera, a mesma por si só, não é capaz de gerar dano moral indenizável, observado que os descontos diretamente em fonte de renda de natureza alimentar eram limitados a 10% (dez por cento) e o autor tinha aderido previamente às condições do contrato.

Outrossim, Ademais, não restou demonstrado que os fatos apontados nos autos tenham atingido algum direito da personalidade.

Por todo o exposto, requer que seja julgado improcedente o pedido de dano moral pretendido pelo autor, vez que não foi realizado nenhum ilícito pelo réu e conseqüentemente não houve nenhum dano ao autor, verificando a inexistência dos requisitos ensejadores da reparação civil (conduta, dano e nexo de causalidade).

Eventualmente, caso seja do entendimento de V.Exa., acolher a indenização pretendida, requer que seja arbitrada com base nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

III.4 - DOS VALORES QUE FORAM DEPOSITADOS EM CONTA DO



AUTOR

Em caso de ser considerado que deve ser declarado inexistente o contrato, pugna o réu que os valores depositados em favor do Autor sejam compensados em caso de eventual condenação.

Todavia, caso não seja do entendimento de V.Exa., acolher o requerimento supra, requer que os valores que se encontram em poder da Autora sejam disponibilizados pela mesma em conta a seguir discriminada:

Conta n. 5000224
Agência 001
Banco 318(BMG)
CNPJ: 61.186.680/0001-74

Eventualmente, em caso de não ser acolhido o requerimento supra, requer que seja expedido alvará em favor do réu em nome de advogado a ser indicado.

IV- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer:

- a) O cancelamento da audiência de conciliação uma vez que não possui proposta de acordo;**
- b) Requer que sejam julgados improcedentes os pedidos iniciais;
- c) Todavia, em caso de ser julgada procedente a demanda, que seja determinada



- a devolução apenas dos valores que V.Exa. entender indevidos, haja vista que houve a utilização do serviço pelo autor e pagamento apenas do mínimo da fatura, bem como em caso de indenização por danos morais requer que seja fixada com base nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade;
- d) Em caso de ser acolhida a declaração de inexistência do contrato, que seja autorizada a compensação dos valores depositados em favor da Autora com eventual condenação;
- e) Todavia, caso não seja acolhido o requerimento supra, requer que o valor seja depositado em conta do réu outrora discriminada;
- f) Eventualmente, em caso de não ser acolhido o requerimento supra, requer que seja expedido alvará em favor do réu em nome de procurador a ser indicado,
- g) Requer provar por todos os meios de prova admitidos no direito;

Em tempo, requer o Banco Réu, o cadastramento de seus procuradores **CHRISTIANE FREITAS CAMPOS, OAB/MG 94.015** e **KEVIN LORRAN BARBOSA DE SOUZA OAB/MG 189.972**, ambos com escritório profissional sinto na Rua Sergipe, n.º 1034, Térreo, bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-170, para o qual deverão ser dirigidas todas as publicações e intimações, sob pena de nulidade.

Termos em que,

P. deferimento.

Belo Horizonte/MG, 20 de fevereiro de 2020.

CAMPOS E CAMPOS
ADVOGADOS



Christiane Freitas Campos
OAB/MG 94.015

Kevin Lorrán Barbosa de Souza
OAB/MG 189.972

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SALINAS/MG

Autos nº: 0570.19 5000028-81

MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA, já qualificada nos autos em epígrafe, por meio de seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar, **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO** oferecida pelo **BANCO BMG S.A** também já qualificado nos autos, pelas as razões de fato e direito a seguir apresentadas:

DO MÉRITO

Sustenta o Banco Réu que os empréstimos de cartão de crédito foram devidamente contratados pelo autor.

Que não é devida a restituição em dobro das parcelas descontadas no referido empréstimo, bem como não cabe indenização por danos morais a autora.

Pois bem Excelência, o Banco Réu na malfadada tentativa de tentar provar a provar a existência de relação jurídica entre as partes, junta aos autos extratos de faturas (ID.105525623) que demonstram que a Autora nunca utilizou o suposto cartão de credito, BEM COMO CONTRATO (ID. 105525595) COM ASSINATURA A ROGO VEZ QUE A AUTORA É ANALFABETA, PORÉM DESACOMPANHADO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



Inicialmente é importante frisar que a Autora da presente demanda é **IDOSA, POSSUI 76 ANOS DE IDADE E É ANALFABETA.** Assim, devido ao fato de ser analfabeta a ausência de instrumento de procuração pública coloca em xeque toda e qualquer operação que não obedeça às formalidades legais que o caso exige, isto é, o contrato materializado na forma escrita por pessoa iletrada com assinatura “a rogo” **DEVE** estar acompanhado de instrumento público de representação, sob pena de ser considerado nulo por desobediência à forma (art. 104, III, e art 166, IV do C.C).

Tal fato se dá ao analisarmos o “contrato” de (ID. 105525595), onde observa-se constar supostas digitais que seriam da Autora. Juntamente com a digital da autora é possível verificar a assinatura de duas testemunhas, porém autora as desconhece, de modo que a documentação juntada pelo réu não cumpre em nada a legislação atinente ao caso que discorre sobre a necessidade de procuração pública nos atos jurídicos celebrados por analfabetos.

Inobstante a incontestada capacidade plena das pessoas analfabetas, sabe-se que certos atos por elas firmados, para terem validade, devem atender a requisitos formais. O art. 104, II, do CC prevê que:

"A validade do negócio jurídico requer:

- I - agente capaz;
- II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;
- III - forma prescrita ou não defesa em lei."

O art. 595 do CC exige que, nos contratos de prestação de serviços em que a parte seja analfabeta, sua assinatura dê-se de forma hológrafa (a rogo), acompanhada de duas testemunhas. Tratando-se de requisitos cumulativos, não alternativos, que devem se fazer presentes no documento de transação.

Destaca-se ainda que mesmo havendo uma assinatura a rogo no contrato juntado aos autos, a autora afirma que jamais autorizou a referida contratação ou recebeu qualquer dos valores alegados. O que fica evidenciado é que a Autora foi vítima de clara tentativa de fraude por pessoas que se aproveitando da pouca instrução e vulnerabilidade desta tentaram locupletar-se a suas custas.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



Tal situação torna ainda mais clara a importância do negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, SOB PENA DE NULIDADE.

Ainda, o art. 166, IV, do CC, dispõe que "é nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei".

RESTANDO INCONTROVERSO QUE UMA DAS PARTES ERA ANALFABETA, NÃO TENDO SIDO OBSERVADAS AS FORMALIDADES MÍNIMAS NECESSÁRIAS À VALIDADE DO NEGÓCIO, A CONTRATAÇÃO, AINDA QUE PELA AUTORA, DEVE SER CONSIDERADA NULA.

É ressaltado que o analfabetismo não é circunstância que torna o sujeito civilmente incapaz, mas que exige, no entanto, a adoção de especiais cautelas, notadamente no fito de dar cumprimento ao direito básico de informação sobre o serviço prestado, por incidir à situação o Código Consumerista.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como dos demais estados, firmou posicionamento que **nos contratos de empréstimo realizado por analfabeto é necessário que a assinatura seja a rogo e esteja acompanhada por instrumento público de mandato** através do qual a pessoa analfabeta outorgue poderes para que o terceiro assine em seu lugar, **e tal situação não ocorreu nos autos**, vejamos alguns julgados:

APELAÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - AUSÊNCIA DE FORMA LEGAL - CONTRATANTE ANALFABETO - SEM ASSINATURA A ROGO - NULIDADE - DANO MORAL - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - INDENIZAÇÃO DEVIDA. Desde que escolhida a forma escrita, o contrato deve estar assinado pelas partes e, não podendo ou não sabendo, cabe assinatura a rogo. O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há de ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, sob pena de nulidade. Restando incontroverso que a autora era analfabeta, não tendo sido observadas as formalidades mínimas necessárias à validade do negócio, a contratação de empréstimo consignado deve ser



considerada nula, devendo a parte ré restituir, em dobro, à autora os valores indevidamente descontados de seu benefício previdenciário. A jurisprudência de nossos tribunais tem evoluído no sentido de reconhecer a desnecessidade de comprovação do dano extrapatrimonial, aceitando como suficiente a demonstração da existência da conduta irregular, prescindindo-se de outras provas de sofrimento e dor. (TJ-MG - AC: 10003140044243001 MG, Relator: Mota e Silva, Data de Julgamento: 19/07/2016, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2016)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO POR TERCEIRO SEM PROCURAÇÃO - VÍTIMA IDOSA E ANALFABETA - CONTRATAÇÃO NULA - DEVER DE ORIENTAR E INFORMAR A CONSUMIDORA - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - RESTITUIÇÃO EM DOBRO - DANO MORAL CONFIGURAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL. I- O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há de ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, sob pena de nulidade. II- Restando incontroverso que a autora era analfabeta e idosa, não tendo sido observadas as formalidades mínimas necessárias à validade do negócio, e inexistindo provas de que foi prestada qualquer assistência à autora pelos agentes dos réus, a contratação de empréstimo consignado deve ser considerada nula. III- Impõe-se às instituições financeiras o dever de esclarecer, informar e assessorar seus clientes na contratação de seus serviços, sobretudo quando se trata de pessoa idosa e analfabeta, vítima fácil de estelionatários. IV- A responsabilidade pelo fato danoso deve ser imputada aos recorrentes com base no art. 14 do CDC, que atribui responsabilidade aos fornecedores de serviços, independentemente da existência de culpa. V- Tem-se por intencional a conduta dos réus em autorizar empréstimo com base em contrato nulo, gerando descontos nos proventos de aposentadoria da autora, sem qualquer respaldo legal para tanto, resultando em má-fé, pois o consentimento da contratante, no caso, inexistiu. impondo-se a restituição em dobro dos valores descontados indevidamente, nos termos do parágrafo único do art. 42, do CDC. VI- A privação do uso de determinada importância, subtraída da parca pensão do INSS, recebida mensalmente para o sustento da autora, gera ofensa a sua honra e viola seus direitos da personalidade, na medida em que a indisponibilidade do numerário reduz ainda mais suas condições de sobrevivência, não se classificando como mero aborrecimento. VII- A conduta faltosa dos réus enseja reparação por danos morais, em valor que assegure indenização suficiente e adequada



à compensação da ofensa suportada pela vítima, devendo ser consideradas as peculiaridades do caso e a extensão dos prejuízos sofridos, desestimulando-se a prática reiterada da conduta lesiva pelos ofensores. VIII- Consoante a Súmula nº 54 do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de indenização por responsabilidade extracontratual os juros de mora devem incidir a partir da data do evento danoso. Ausente recurso da parte interessada e vedada a "reformatio in pejus" há que se manter a como termo inicial a data da citação, conforme consignado em sentença. (TJMG - Apelação Cível 1.0701.09.292630-5/001, Relator (a): Des.(a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/05/2013, publicação da sumula em 05/06/2013).

E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – EXISTÊNCIA DE CONTRATO ESCRITO – PESSOA ANALFABETA – INOBSERVÂNCIA DE REQUISITOS FORMAIS E DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ – NULIDADE – DANO MORAL CONFIGURADO – MÉTODO BIFÁSICO DE FIXAÇÃO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RESTITUIÇÃO SIMPLES DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

I - Ausentes os requisitos formais peculiares à hipótese de contratação com pessoa analfabeta, o contrato em discussão é nulo, de acordo com o art. 166, IV e V do CC. Além dos requisitos previstos no art. 595 do CC, a jurisprudência deste Tribunal tem entendimento firmado no sentido de que a assinatura a rogo deve ser feita por procurador constituído por instrumento público, ou que o próprio negócio jurídico deve ser celebrado por escritura pública. II - Em casos como o presente, a declaração de nulidade encontra fundamento também no princípio da boa-fé, porquanto o Recorrente, ante o evidente analfabetismo da Recorrida, deveria ter procedido da forma mais cautelosa possível no sentido de assegurar-lhe pleno conhecimento daquilo que contratava. III - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado ao arbítrio do juiz, de forma moderada e equitativa, respeitando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, para que não se converta o sofrimento em móvel de captação de lucro. A análise deve ser caso a caso, estipulando-se um valor razoável, que não seja irrelevante ao causador do dano (possibilite a satisfação compensatória) e que cumpra a sua função de desestímulo/prevenção a novas práticas lesivas (caráter punitivo). O Superior Tribunal de Justiça considera como justa a fixação dos danos morais de acordo com o método bifásico, que minimiza a arbitrariedade e afasta a tarifação do dano. VI – Uma vez reconhecida a nulidade do contrato mencionado na valores indevidamente cobrados pressupõe a má-fé do credor, o que não



restou comprovado no caso concreto. VII – Recurso conhecido e parcialmente provido (Apelação - Nº 0807749-97.2015.8.12.0002 – Dourados, 2ª Câmara Cível, Relator – Exmo. Sr. Des. Alexandre Bastos, Julgamento 8 de novembro de 2017)

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. **INSTRUMENTO DE DOAÇÃO DE BENFEITORIAS CELEBRADO POR ANALFABETO. NECESSIDADE DE INSTRUMENTO PÚBLICO DE MANDATO PARA VALIDADE DA ASSINATURA A ROGO.** AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. NULIDADE. IMPROVIMENTO. 1- No contrato firmado por analfabeto, indispensável que a assinatura seja a rogo e esteja acompanhada por Instrumento público de mandato através do qual a pessoa analfabeta outorgue poderes para que o terceiro assine em seu lugar. 2 - Verificada a falta de requisito essencial à validade do contrato, porque ausente o consentimento de vontade da parte de forma válida, o contrato é considerado nulo, dele não se originando direitos. (TJ-PE - APL: 2454311 PE , Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 04/03/2015, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 26/03/2015).

"AÇÃO ANULATÓRIA - **CONTRATO BANCÁRIO - CELEBRAÇÃO POR ANALFABETO - REQUISITO DE VALIDADE - AUSÊNCIA. – O contrato bancário celebrado por analfabeto é válido se firmado por escritura pública e se por escrito particular através de procurador constituído.** Logo, uma vez estabelecido a partir de mera impressão digital aposta pelo contratante, todavia, de titularidade por ele negada, revela-se nulo de pleno direito." (TJMG - 1.0607.08.042762-0/004 (1), rel. Des. SALDANHA DA FONSECA, j. 20/10/2010, p. 03/11/2010).

Dessa forma, não restam dúvidas de que o contrato realizado em nome da Autora é nulo, pois além de não ter sido contratado pela parte autora que é analfabeta, o mesmo não cumpre com as formalidades legais, uma vez que não foi assinado por qualquer pessoa que possuía procuração pública outorgada pela Autora.

Portanto, não restam dúvidas quanto aos diversos indícios de fraude presentes quando da formação do contrato.

Além disso, a extratos de (ID.105525623) constam apenas encargos mensais, e não consta NENHUMA COMPRA, o que corrobora com a tese que de fraude, ademais devido a idade avançada e aos inúmeros problemas de saúde inerentes a sua condição

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



dependente totalmente do auxílio de terceiros nas atividades mais básicas de seu dia a dia.

CUMPRE SALIENTAR QUE A APESAR DA AUTORA RECEBER O CARTÃO DE CRÉDITO DO BANCO RÉU, NUNCA UTILIZOU E NEM MESMO O DESBLOQUEOU, O ÚNICO CARTÃO QUE UTILIZA É USADO APENAS E TÃO SOMENTE PARA O SAQUE DE SEU BENEFÍCIO, PORTANTO, TAL DESCONTO É INDEVIDO!

OS DESCONTOS SE INICIARAM EM 12/2015 E 01/2016 E NÃO POSSUEM DATA DE FINALIZAÇÃO, OU SEJA, É UMA COBRANÇA ETERNA POR UM CARTÃO DE CRÉDITO NUNCA RECEBIDO E TAMPOUCO CONTRATADO.

Excelência, o que vem ocorrendo é que as instituições financeiras vêm se aproveitando da humildade e simplicidade dos aposentados para amarrar-lhes em uma dívida eterna. . A AUTORA É HUMILDE APOSENTADA, IDOSA E ANALFABETA, QUE POSSÍVELMENTE FOI VÍTIMA DE FRAUDE POR PESSOAS DE MÁ-FÉ QUE FIZERAM INCIDIR SOBRE SEUS PARCOS RECURSOS UM CONTRATO QUE É VANTAJOSO APENAS PARA O BANCO RÉU, DEMONSTRANDO A MÁ-FÉ DO BANCO RÉU.

Sabe-se que o empréstimo de cartão de crédito inserido na RMC do benefício previdenciário é vantajoso apenas para a instituição financeira, **uma vez que, diferente do empréstimo consignado que tem parcela fixa e data para o término, o cartão de crédito ficará descontando eternamente no benefício do consumidor, pois o desconto realizado é sempre aquele disponível na RMC**, ou seja, sempre será debitado um pequeno valor da fatura, e este sempre terá juros e encargos nos meses seguintes o que fará com que o consumidor fique pagando eternamente tal cartão.

O nosso poder judiciário deve rechaçar tais condutas das instituições financeiras, pois estas se encontram em conflito com as normas de proteção ao consumidor.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



Dessa forma, ainda que a Autora realmente tivesse recebido o suposto cartão, o mesmo nunca o utilizou, os documentos apresentados pelo Réu demonstram claramente a má-fé com a qual a instituição requerida tem agido aproveitando-se a vulnerabilidade de idosos para locupletar-se sobre eles.

CONFORME DOCUMENTOS JUNTADOS A INICIAL A AUTORA RECEBE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE DE N°. 140.126.612-3.

O BANCO RÉU DESDE DEZEMBRO DE 2015 E JANEIRO DE 2016 VEM DESCONTANDO DO BENEFÍCIO DA AUTORA OS VALORES DE R\$ 49.90 E R\$ 49,90 SEM SUA AUTORIZAÇÃO, SEM EXISTIR QUALQUER CONTRATO VÁLIDO ENTRE AS PARTES, NÃO HAVENDO DÚVIDAS QUANTO A FRAUDE EXISTENTE.

Em vários casos, análogos ao dos autos a jurisprudência já se posicionou da seguinte maneira, vejamos:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO SOLICITADO PELO AUTOR – RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL – DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE “EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC” – **AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO** – DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO – DANOS MORAIS – DEVIDOS – QUANTUM R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS) – ADEQUADO – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 12.13 “B” DA TRU/PR – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (TJ-PR Recurso Inominado n° 0004353-90.2015.8.16.0146. 2° Turma Recursal.

DANOS MORAIS. **RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNÁVEL SOBRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO REQUERENTE SEM A SUA ANUÊNCIA.** SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DO BANCO RÉU E RECURSO ADESIVO DO AUTOR. [...] **RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO SEM AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR COMO FORMA DE GARANTIA DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. ABUSIVIDADE QUE EXTRAPOLA O MERO ABORRECIMENTO COTIDIANO. OFENSA À PRIVACIDADE DO AUTOR. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR MANTIDO.** A reserva de margem de crédito consignável do benefício

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG4.331



previdenciário do consumidor, como forma de garantir a contratação futura de empréstimo financeiro, ofende a boa-fé das relações contratuais, como a privacidade do consumidor, respaldando, portanto, a indenização por danos morais. QUANTUM INDENIZATÓRIO. INSURGÊNCIA COMUM. CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO. VALOR QUE DEVE SER ARBITRADO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. MONTANTE INCONDIZENTE COM A NARRATIVA DOS FATOS. MAJORAÇÃO DEVIDA. INCONFORMISMO DO AUTOR ACOLHIDO. O valor indenizatório deve conter o efeito pedagógico da condenação, pois deve servir para evitar a reincidência, obedecendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em conta o efeito preventivo ou desestimulante. A reparação do dano moral deve possibilitar uma satisfação compensatória e uma atuação desencorajadora de novas práticas ilícitas, sem provocar enriquecimento sem causa à vítima. [...] APELAÇÃO DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO. (AC 2012.042377-9, Des. João Batista Góes Ulysséa, j. 13-02-2014).

Assim, pelos motivos expostos requer que sejam declaradas nulas as contratações de cartão de crédito **(contratos nº 11639656)** realizados em nome da Autora, bem como todos os descontos que foram realizados no benefício da Autora proveniente do referido cartão.

Em relação a repetição do indébito, Excelência, se descontar parcelas do benefício previdenciário de uma pessoa sem que este tenha contratado por tanto tempo não for má-fé, de fato, não se sabe mais o que poderá configurar má-fé.

Outrossim, se de fato o Réu tivesse boa-fé, já teria reconhecido a fraude existente e teria devolvido todos os valores descontados indevidamente no benefício da Autora, porém este tenta de todas as formas provar a existência de uma contração de cartão de crédito que jamais existiu.

Assim, deve o Réu ser condenado ao pagamento dos valores descontados indevidamente do benefício da Autora em dobro, nos exatos termos da exordial.

Por fim, com relação ao dano moral, ao contrário do que alega o Réu, não houve um “mero dissabor” ora desde Dezembro/2015 e Janeiro/2016 o Requerido vem

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



descontando de maneira totalmente ilícita as quantias de R\$ 49,90 e R\$49,90 do benefício da Autora sem que este soubesse. Ademais, não deveria a parte Autora ser encarregada de suportar os riscos inerentes da atividade prestada pelo requerido, cabendo ao réu o dever de assegurar que o consumidor não venha ser prejudicado em negócio jurídico autorizado por este.

Não obstante, efetuar descontos no benefício da Autora de operação que este não contratou é claramente uma falha na prestação de serviços do Banco Réu devendo este responder objetivamente conforme dispõe o código de defesa do consumidor em seu artigo 14.

Os danos sofridos pela Autora são indiscutíveis, pois se trata de pessoa beneficiária da Previdência Social, cuja fonte de renda depende totalmente de seus benefícios previdenciários, e como se sabe, Excelência, qualquer desconto indevido no benefício representa a privação do seu meio de sobrevivência, uma vez que muitos idosos têm que suprir enormes gastos com apenas a renda proveniente da aposentadoria.

O valor descontado ilicitamente do benefício previdenciário da Autora lhe fez falta, vez que tais descontos até a data de entrada da ação resultou no desconto da quantia de R\$ 4.940,10 de seu benefício, causando-lhe muitos transtornos emocionais e morais e abalando a sua paz emocional e psíquica, devendo, pois, este ser indenizado na forma requerida na exordial.

DA CONCLUSÃO

Pelo exposto e tudo mais que dos autos consta, além do que será suprido pelo notório saber jurídico de Vossa Excelência, requer que seja considerada totalmente improcedente a peça contestatória.

Não obstante, verifica-se que os argumentos trazidos na peça contestatória se revelam insuficientes e ineficazes para rechaçar os pedidos formulados pela Autora, pelo que se ratifica, em sua inteireza, o teor da pretensão trazida pelo mesmo no

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



petitório inaugural, para o fim de que sejam julgados procedentes os pedidos, nos exatos termos da inicial.

Termos em que,

pede e aguarda deferimento.

Salinas/MG, 25 de Março de 2020.

Anderson Alberth Rodrigues Junior
OAB/MG 113.231

Lorraine Alves Gonçalves
OAB/MG 187.511

Camila Carvalho Prates
OAB/MG 160.359



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE SALINAS

2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Salinas

Praça João Pessoa, 18, Centro, SALINAS - MG - CEP: 39560-000

PROCESSO Nº 5000028-81.2020.8.13.0570

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Bancários]

AUTOR: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

RÉU: BANCO BMG S/A

SENTENÇA

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c cancelamento de contrato c/c repetição de indébito c/c indenização por danos morais ajuizada pela parte autora em face da parte ré, ambos qualificadas e acima identificadas.

Alega a parte autora, em apertada síntese, que recebe benefício previdenciário e constatou que vem sendo descontado valores variados com a rubrica de Empréstimo RMC (Reserva de Margem para Cartão de Crédito) indevidamente. Afirma que nunca firmou contrato de RMC, em que pese declarar que já realizou perante as instituições financeiras empréstimos consignados. Requer a declaração de inexistência dos débitos, o cancelamento do contrato, a devolução dos valores debitados em dobro, além da condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$25.000,00. Juntou os documentos.

A tutela provisória foi indeferida (id 84801862).

A parte ré, regularmente citada, apresentou contestação, sustentando que não praticou qualquer conduta ilícita, tendo em vista que o débito em discussão refere-se a contratação de um cartão de crédito na modalidade consignado. Aduz ausência de responsabilidade, ante ausência de atitude ilícita, bem como a inexistência do dever de devolução em dobro das quantias debitadas. Impugnou o pedido de indenização por danos morais. Ao final, requereu a improcedência da ação (id 105523135).

Impugnação (id 109908394).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Julgo antecipadamente o feito tendo em vista que as questões controvertidas nos autos encontram-se suficientemente esclarecidas pela documentação juntada, revelando-se desnecessária a dilação da instrução probatória.

No presente caso, pleiteia a parte autora a declaração de inexistência, a devolução e a condenação da parte ré em indenização por danos morais referente a descontos que vem sendo realizados em seu benefício previdenciário a título de "RMC" (Reserva de Margem Consignável), sustentando que nunca firmou contrato que os embasassem.

Ocorre que, em sede de contestação, a parte ré demonstrou a legalidade de referidos descontos.

Inicialmente, explica que o débito em discussão refere-se a contratação de um cartão de crédito na modalidade consignado, tratando-se de mera reserva de margem consignável, não implicando

necessariamente em abatimento no valor do benefício previdenciário.

Da análise dos autos constata-se que, a despeito das alegações da parte autora, resta devidamente comprovada a contratação ora questionada.

De fato, analisando os documentos juntados pelo banco réu, restaram demonstrados a contratação do mencionado cartão de crédito (ids 105525595, 105525598, 105525600, 105525605 e 105525602).

O réu ainda apresentou os documentos de identificação da parte autora, comprovante de endereço, extrato de pagamentos, não impugnados, conforme documentos adunados.

Não desconheço que, no caso dos autos, devem ser vistas as características das pessoas em litígio, a exemplo das limitações inerentes à condição de analfabeto.

É imperioso considerar que, sendo analfabeto e não possuindo condição necessária ao conhecimento direto das cláusulas e condições do contrato da reserva de margem consignável, para a validade formal destas se fazia indispensável a ratificação por representante legal constituído formalmente pela parte autora, por meio de instrumento público.

Todavia, na situação que ora examino, não há como se desconsiderar que, com a sua defesa, o réu trouxe farta documentação, conforme acima indicado, demonstrando a existência de contrato entre as partes e por ter sido assinado a rogo, na presença de duas testemunhas, as quais apresentaram, igualmente, documentos pessoais¹.

De mais a mais, como acima salientado, o réu comprovou, suficientemente, a consecução do negócio jurídico, inclusive por meio de transferência eletrônica (ids 105525616, 105525619, 105525621 e 105525617), indicando que foram creditados diversos os valores na conta bancária de titularidade da parte requerente e/ou disponibilizados para saque, o que, ao meu sentir, não só descarta qualquer alegação de desconhecimento ou surpresa dos descontos em seu benefício previdenciário, como também indica que quando lhe foi interessante fez uso dos valores creditados.

Ademais, a alegação da parte autora que nunca contratou nenhum cartão de crédito, por ser pessoa simples, não apresenta verossimilhança e não resiste a análise do instrumento contratual cujos termos são suficientemente claros.

Difícil crer, com a popularização dos contratos de cartão de crédito nos últimos anos, atingindo pessoas integrantes de classe social que antes não tinham acesso a tal instrumento creditício, que uma pessoa maior e capaz, por mais simples e de menor instrução, não saiba diferenciar um contrato de cartão de crédito, com ou sem margem consignável, de um contrato de empréstimo em que ajustado previamente o número e o valor das parcelas que serão pagas para a quitação integral da dívida, ao contrário do que se dá em relação ao cartão de crédito, em que o pagamento do valor mínimo da fatura sujeita o titular a arcar com a incidência dos encargos contratuais sobre o valor remanescente não pago.

Nesse ponto:

APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA INEXISTÊNCIA DÉBITO - RESTITUIÇÃO DE VALORES - CONTRATO FIRMADO - DESCONTOS POSSÍVEIS - DANO MORAL - INEXISTENTE. - Verificando a regular contratação de empréstimo, ainda que na modalidade RMC (reserva de margem consignável), através de Cartão de Crédito, com a disponibilização do valor em conta ao consumidor, não há que se falar em devolução dos valores cobrados, bem como diante da inexistência de ilícito resta descaracterizado o dever de indenizar. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.117514-2/001, Relator(a): Des.(a) Alexandre Santiago, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/11/0018, publicação da súmula em 28/11/2018).

Assim, a improcedência da ação é medida que se impõe, eis que não comprovado pela parte autora que o Banco réu efetivamente realizou descontos indevidos em benefício previdenciário, o que afasta não só o acolhimento do pedido declaratório, mas também o pedido de indenização por danos morais, já que o Banco réu não praticou qualquer ilícito civil.

Por fim, anoto que os demais argumentos deduzidos pelas partes no processo não são capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada neste julgamento (art. 489, §1º, inciso IV do Código de Processo Civil).

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS**, nos termos do artigo 487, I do CPC, formulados por **MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA**.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de sucumbência no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC. Entrementes, suspendo a sua exigibilidade nos termos do artigo 98, §3º, do CPC, eis que lhe defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Após, tudo cumprido e certificado, nada mais havendo, arquivem-se os autos observadas as formalidades legais, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime(m)-se.

Data registrada no sistema.

Marcelo Bruno Duarte e Araújo

Juiz de Direito

[1](#)**Ex vi** TJMG - Apelação Cível 1.0684.18.002729-5/001, Relator(a): Des.(a) José Flávio de Almeida , 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/04/2020, publicação da súmula em 15/04/2020.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SALINAS/MG**

Ref. Processo nº 5000028-81.2020.8.13.0570
Cível – Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica
Autora: Maria do Rosário Rodrigues Fonseca
Réu: Banco BMG S.A

MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA, nos autos sob referência, já qualificada, não se conformando com a decisão prolatada por esse Juízo, vem perante V. Exa., tempestivamente, nos termos da legislação, interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, na forma das razões anexas, requerendo para tanto seja o mesmo processado e, após, enviado ao egrégia Tribunal De Justiça Do Estado De Minas Gerais da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para apreciação e julgamento.

Informa ainda a dispensa do preparo, visto que a autora está sob a benesse da justiça gratuita, conforme disposto em sentença.

Pede deferimento.

Salinas/MG, 11 de maio de 2020.

Anderson Alberth Rodrigues Junior
OAB/MG 113.231

Lorraine Alves Gonçalves
OAB/MG 187.511

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 5000028-81.2019.8.13.0570
Apelante: Maria do Rosário Rodrigues Fonseca
Apelada: Banco BMG S.A
Origem: 2ª Vara Cível da comarca de Salinas/MG

Colenda câmara,
Ínclitos julgadores

RAZÕES RECURSAIS

I - BREVE RELATO DO PROCESSO

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c cancelamento de contrato c/c repetição do indébito c/c indenização por danos morais movida pela Requerente em face da Requerida, devido a descontos indevidos de valores variados de empréstimo RMC em seu benefício previdenciário.

A Requerente descreveu os fatos na inicial e pleiteou a nulidade do contrato, bem como a nulidade dos descontos que foram realizados, a condenação do requerido a devolução em dobro dos valores auferidos pela requerida de forma indevida, e, a condenação a danos morais na ordem de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

O Requerido juntou contestação (ID 105523135) em ID 105525595 tratou de juntar o contrato correto ao qual demonstra que a Requerente é pessoa analfabeta, demonstra ainda, através dos extratos juntados, que o referido cartão não foi utilizado pelo Requerente.

As alegações do Requerido foram devidamente impugnadas em ID 109908394 ressaltando o analfabetismo e vulnerabilidade da autora frente a instituição bancária, e seu total desconhecimento das pessoas que assinam como testemunhas e a rogo. Ressaltou ainda a má qualidade dos documentos juntados.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Ainda sim, o d. magistrado proferiu sentença na qual julgou improcedente o pedido da parte autora, sob alegação de que não restou demonstrado que o Banco Requerido realizou descontos indevidos no benefício previdenciário da Autora, bem como que esta tinha ciência da contratação.

Este é o breve relatório.

Razão não assiste, ao d. juízo, pois foi fartamente comprovado que o analfabetismo da autora torna o contrato nulo, ademais esta jamais teve acesso a qualquer cartão de crédito ou serviço decorrente da contratação. Tendo sido possivelmente ludibriada a assinar com sua digital serviço que é vantajoso apenas para a instituição bancária, de modo que o réu aproveitou-se de sua idade avançada e pouca instrução para amarrar-lhe em uma dívida eterna.

II – DAS RAZÕES APELO

II.I DA NULIDADE CONTRATUAL – AUTORA ANALFABETA

Inicialmente é importante frisar que a Apelante é **IDOSA, POSSUI 76 ANOS DE IDADE, SEMPRE EXERCEU ATIVIDADE RURAL E É ANALFABETA.** Assim, devido ao fato de ser analfabeta a ausência de instrumento de procuração pública coloca em xeque toda e qualquer operação que não obedeça às formalidades legais que o caso exige, isto é, o contrato materializado na forma escrita por pessoa iletrada com assinatura “a rogo” DEVE estar acompanhado de instrumento público de representação, sob pena de ser considerado nulo por desobediência à forma (art. 104, III, e art 166, IV do C.C).

Conforme fartamente demonstrado nos autos, a Apelante é pessoa simples, humilde trabalhadora rural que depende totalmente da boa-fé e auxílio de terceiros por não saber assinar.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Importante frisar ainda que a Apelante sobrevive apenas com a renda de seu benefício previdenciário, sendo esta sua única fonte de renda para manutenção de sua qualidade de vida.

Salienta-se ainda que embora o contrato juntado aos autos conste suposta digital da apelante este não é valido ora não foi realizado mediante instrumento público de procuração, embora conste no contrato assinaturas a rogo e de testemunhas a Apelante afirma que jamais autorizou ou legitimou qualquer pessoa a realizar contratações em seu nome. Não sendo a nenhuma delas autorizada a realizar qualquer contratação em nome da Apelante.

Cumpre esclarecer que a assinatura a rogo no caso de pessoa analfabeta, como é o caso do apelante, só é aceita quando acompanhada de INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO O QUE NÃO FOI FEITO, RAZÃO PELA QUAL TODA A SUPOSTA CONTRATAÇÃO REVESTE-SE NA MAIS COMPLETA NULIDADE.

Portanto, não há duvida quanto ao serviço defeituoso e a cobrança ilegítima que o Apelado vem realizando no benefício previdenciário da Apelante.

De modo algum, pretende que a parte apelante seja considerada civilmente incapaz devido a seu analfabetismo, contudo diante dele exige-se a adoção de especiais cautelas, notadamente no fito de dar cumprimento ao direito básico de informação sobre o serviço prestado, por incidir à situação o Código Consumerista.

Posto isto, a simples assinatura a rogo de pessoas e testemunhas completamente desconhecidas não devem jamais ser utilizadas para justificar abusividades contra pessoas com pouca e até nenhuma instrução formal. A atitude amoral da instituição financeira fere os regramentos e garantias mais básicos postos em nossas leis, que não possuem caráter meramente facultativo, tais leis e garantias existem unicamente para manter a segurança e proteção as classes mais vulneráveis socialmente, e o desrespeito a isto deve ser coibido e punido de forma severa.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Sabe-se que são cada vez mais recorrentes casos como o presente na lide e as instituições financeiras contam com a total inércia do judiciário para continuar a locupletar-se destas pessoas tão vulneráveis.

Data vênua I. Julgadores é insurgente e inegável a caracterização da ilegalidade e fraude que permeia toda esta “contratação” se observarmos a situação fática em comento, não havendo razão para o pleito da Apelante fosse indeferido.

Condutas como estas, que atingem a Apelante, conforme mencionado são cada vez mais recorrentes no meio social já que as instituições financeiras tentam aproveitar-se da idade avançada e pouca instrução dos beneficiários do INSS para amarrar-lhes a dívidas infinitas, sem que haja no momento da contratação qualquer análise criteriosa da documentação apresentada ao banco, facilitando a ocorrência de fraudes e falsificações nos contratos que acabam por afetar única e negativamente as classes mais frágeis da sociedade.

Assim, todo o negócio jurídico está eivado em ilegalidades e má-fé restando TOTALMENTE NULO, pois não obedecem quaisquer formalidades legais.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como dos demais estados, firmou posicionamento que nos contratos de empréstimo realizado por analfabeto é necessário que a assinatura seja a rogo e esteja acompanhada por instrumento público de mandato através do qual a pessoa analfabeta outorgue poderes para que o terceiro assine em seu lugar, e tal situação não ocorreu nos autos, vejamos alguns julgados:

APELAÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - AUSÊNCIA DE FORMA LEGAL - CONTRATANTE ANALFABETO - SEM ASSINATURA A ROGO - NULIDADE - DANO MORAL - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - INDENIZAÇÃO DEVIDA. Desde que escolhida a forma escrita, o contrato deve estar assinado pelas partes e, não podendo ou não sabendo, cabe assinatura a rogo. O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há de ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, sob pena de nulidade. Restando incontroverso que a autora era analfabeta, não tendo sido

Matriz / Montes Claros - MG

Rua Correa Machado, 1025 - Ed. Premier Center,

Salas 1105 - 1106 - 11º andar - Centro.

(38) 3221-4273

Filial / Salinas/MG

Rua Miguel de Almeida, 22, Centro.

(38) 99939-9165 / 99163-8104

rodriguesmoraisspe@hotmail.com

Filial / São João do Paraíso/MG

Rua Mato Grosso, 325, Morada do Sol.

(38) 99863-5957 / 99141-1381

Filial / Taiobeiras/MG

Av. Amazonas, 109, Centro.

(38) 99961-1980 / 99100-5163

99107-8460



observadas as formalidades mínimas necessárias à validade do negócio, a contratação de empréstimo consignado deve ser considerada nula, devendo a parte ré restituir, em dobro, à autora os valores indevidamente descontados de seu benefício previdenciário. A jurisprudência de nossos tribunais tem evoluído no sentido de reconhecer a desnecessidade de comprovação do dano extrapatrimonial, aceitando como suficiente a demonstração da existência da conduta irregular, prescindindo-se de outras provas de sofrimento e dor. (TJ-MG - AC: 10003140044243001 MG, Relator: Mota e Silva, Data de Julgamento: 19/07/2016, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2016)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO POR TERCEIRO SEM PROCURAÇÃO - VÍTIMA IDOSA E ANALFABETA - CONTRATAÇÃO NULA - DEVER DE ORIENTAR E INFORMAR A CONSUMIDORA - FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - RESTITUIÇÃO EM DOBRO - DANO MORAL CONFIGURAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - JUROS DE MORA - TERMO INICIAL. I- O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há de ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma, sob pena de nulidade. II- Restando incontroverso que a autora era analfabeta e idosa, não tendo sido observadas as formalidades mínimas necessárias à validade do negócio, e inexistindo provas de que foi prestada qualquer assistência à autora pelos agentes dos réus, a contratação de empréstimo consignado deve ser considerada nula. III- Impõe-se às instituições financeiras o dever de esclarecer, informar e assessorar seus clientes na contratação de seus serviços, sobretudo quando se trata de pessoa idosa e analfabeta, vítima fácil de estelionatários. IV- A responsabilidade pelo fato danoso deve ser imputada aos recorrentes com base no art. 14 do CDC, que atribui responsabilidade aos fornecedores de serviços, independentemente da existência de culpa. V- Tem-se por intencional a conduta dos réus em autorizar empréstimo com base em contrato nulo, gerando descontos nos proventos de aposentadoria da autora, sem qualquer respaldo legal para tanto, resultando em má-fé, pois o consentimento da contratante, no caso, inexistiu. impondo-se a restituição em dobro dos valores descontados indevidamente, nos termos do parágrafo único do art. 42, do CDC. VI- A privação do uso de determinada importância, subtraída da parca pensão do INSS, recebida mensalmente para o sustento da autora, gera ofensa a sua honra e viola seus direitos da personalidade, na medida em que a indisponibilidade do numerário reduz ainda mais suas condições de sobrevivência, não se classificando como mero aborrecimento. VII- A conduta faltosa**



dos réus enseja reparação por danos morais, em valor que assegure indenização suficiente e adequada à compensação da ofensa suportada pela vítima, devendo ser consideradas as peculiaridades do caso e a extensão dos prejuízos sofridos, desestimulando-se a prática reiterada da conduta lesiva pelos ofensores. VIII- Consoante a Súmula nº 54 do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de indenização por responsabilidade extracontratual os juros de mora devem incidir a partir da data do evento danoso. Ausente recurso da parte interessada e vedada a "reformatio in pejus" há que se manter a como termo inicial a data da citação, conforme consignado em sentença. (TJMG - Apelação Cível 1.0701.09.292630-5/001, Relator (a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/05/2013, publicação da sumula em 05/06/2013).

E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – EXISTÊNCIA DE CONTRATO ESCRITO – **PESSOA ANALFABETA – INOBSERVÂNCIA DE REQUISITOS FORMAIS E DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ – NULIDADE – DANO MORAL CONFIGURADO – MÉTODO BIFÁSICO DE FIXAÇÃO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RESTITUIÇÃO SIMPLES DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO** I - Ausentes os requisitos formais peculiares à hipótese de contratação com pessoa analfabeta, o contrato em discussão é nulo, de acordo com o art. 166, IV e V do CC. **Além dos requisitos previstos no art. 595 do CC, a jurisprudência deste Tribunal tem entendimento firmado no sentido de que a assinatura a rogo deve ser feita por procurador constituído por instrumento público, ou que o próprio negócio jurídico deve ser celebrado por escritura pública.** II - Em casos como o presente, a declaração de nulidade encontra fundamento também no princípio da boa-fé, porquanto o Recorrente, ante o evidente analfabetismo da Recorrida, deveria ter procedido da forma mais cautelosa possível no sentido de assegurar-lhe pleno conhecimento daquilo que contratava. III - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado ao arbítrio do juiz, de forma moderada e equitativa, respeitando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, para que não se converta o sofrimento em móvel de captação de lucro. A análise deve ser caso a caso, estipulando-se um valor razoável, que não seja irrelevante ao causador do dano (possibilite a satisfação compensatória) e que cumpra a sua função de desestímulo/prevenção a novas práticas lesivas (caráter punitivo). O Superior Tribunal de Justiça considera como justa a fixação dos danos morais de acordo com o método bifásico, que minimiza a arbitrariedade e afasta a tarifação do dano. VI – Uma vez reconhecida a nulidade do contrato mencionado na valores

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



indevidamente cobrados pressupõe a má-fé do credor, o que não restou comprovado no caso concreto. VII – Recurso conhecido e parcialmente provido (Apelação - Nº 0807749-97.2015.8.12.0002 – Dourados, 2ª Câmara Cível, Relator – Exmo. Sr. Des. Alexandre Bastos, Julgamento 8 de novembro de 2017)

Dessa forma, não restam dúvidas de que o contrato realizado em nome da Apelante é nulo, pois além de não ter sido contratado pela Apelante que é analfabeta, o contrato não cumpriu as formalidades legais, vez que não foi assinado por pessoa que possuía procuração pública outorgada pelo Apelante.

Com relação aos extratos e suposta TED enviada a conta do Apelante, esta afirma jamais ter recebido quaisquer valores e o Apelado tampouco logra êxito em demonstrar o recebimento por parte da Apelante.

Assim, não há que se prosperar a sentença proferida pelo r. juízo, ora a Apelante é pessoa analfabeta, conforme demonstra o documento de identidade juntado a exordial.

Posto isto, o Apelado, por meio de seus correspondentes romperam com a lealdade e boa-fé inerentes a formação do contrato, desvirtuou a real intenção do consumidor exclusivamente em proveito próprio afrontando os mais elementares direitos salvaguardados ao consumidor, cabendo ao Apelado arcar com a responsabilidade de seus atos para com seus clientes e indenizar a Apelante na medida dos danos sofridos por esta.

II.2 – MÁ-FÉ – VICÍO DE VONTADE – DA HIPERVULNERABILIDADE DO IDOSO

Caso tenha a Apelante de fato, contratado qualquer serviço junto ao Apelado isto só foi possível devido ao fato do Apelado aproveitando-se da pouca instrução da apelante e de seu habito de frequentemente fazer empréstimos consignados utilizar de má-fé para que esta contratasse um serviço que além de desconhecer, jamais utilizou.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Tais práticas realizadas por estes agentes tornam-se cada vez mais comuns, vez que se aproveitam da fragilidade dos beneficiários do INSS, que em geral são pessoas pobres e de pouca escolaridade, para lucrar sobre este grupo vulnerável.

A Apelante é pessoa idosa de idade avançada (76 anos) e analfabeta, assim toda a contratação feita por pessoa nesta condição deve seguir estritamente as disposições legais, afim de que não recaia sobre a contratação qualquer tipo de nulidade ou vício.

A Apelante por toda sua vida se dedicou ao trabalho rural, de modo que jamais teve oportunidade de aprender a ler ou escrever dependendo totalmente da empatia e boa-fé de terceiros para auxilia-la em todos os atos formais de sua vida, por esta razão não se pode presumir que a Apelante tivesse plena ciência do documento que estava assinando com sua digital.

Ainda sim, embora o d. juízo afirme que a simples popularização do serviço de cartão de crédito seja suficiente para fazer crer a validade da contratação do serviço, tal afirmação foge a realidade brasileira onde existem cerca de 11,3 milhões de analfabetos, e 3 a cada 10 jovens e adultos tem dificuldade de entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, tais como a contratação de empréstimo, sendo responsabilidade das instituições financeiras fornecer aos seus clientes mais vulneráveis informações suficientes para evitar-lhes lesões na esfera financeira, o que não ocorreu no caso do Apelante.

Assim, caso tenha a Apelante firmado o referido contrato de RMC, esta só o fez pois em momento algum fora informada ou teve ciência do conteúdo do contrato assinado, sendo levado devido a sua pouca escolaridade, a acreditar que tratava-se apenas de documentos inerentes a empréstimo.

Tratando-se, portanto de um negócio jurídico nulo, conforme prevê o artigo 138 do C.C, veja-se:

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Diante da clara má-fé presente no negócio jurídico a jurisprudência pátria é clara, veja-se:

APELAÇÃO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL, REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZATÓRIA. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO. **PREPOSTOS DO RÉU QUE SE VALERAM DA POUCA INSTRUÇÃO E IDADE AVANÇADA DO AUTOR.** SENTENÇA DE PROVIMENTO EM PARTE. RECURSO DAS PARTES. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR. DESPROVIDO O APELO DO RÉU. **Autor que busca anular títulos de capitalização contratados de forma irregular por prepostos do banco réu, que vêm sendo descontados em conta, comprometendo seu sustento.** Relação de consumo, estabelecendo o CDC objetivamente a distribuição da carga probatória em desfavor do fornecedor (§ 3º, do art. 14), que somente não será responsabilizado se provar que o defeito inexistente, ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, sedo que o réu não se desincumbiu do seu ônus. Autor pessoa idosa (83 anos), **com pouca instrução e módica aposentadoria, sendo que supostamente teria contratado diversos títulos de capitalização em curto período. Evidência de que prepostos da ré se valeram de patente vulnerabilidade do cliente. Anulação dos contratos, com a restituição dos valores pagos em dobro, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, considerada a má-fé,** descontados os resgates já efetuados, conforme decidido pela sentença. Comprometimento de boa parte da aposentadoria do autor, afetando sua subsistência, causando transtornos que transcendem àqueles normais do cotidiano, configurando dano moral. Verba indenizatória fixada em R\$ 3.000,00, sendo que, diante das circunstâncias do caso, deve se majorada para R\$ 8.000,00, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação, não merecendo modificação. Parcial provimento ao recurso do autor. Recurso do réu desprovido. (TJ-RJ - APL: 00102528020168190007 RIO DE JANEIRO BARRA MANSA 4 VARA CÍVEL, Relator: MARÍLIA DE CASTRO NEVES VIEIRA, Data de Julgamento: 18/07/2018, VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/07/2018)

O fato é que a Apelante é pessoa idosa, analfabeta e humilde que a vida

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



inteira trabalhou na zona rural, totalmente vulnerável e dependente de terceiros, e que sabe que não solicitou, contratou ou utilizou qualquer serviço de cartão de crédito, a documentação juntada pelo Apelado demonstra claramente que o cartão de crédito JAMAIS foi utilizado pela Apelante.

Ressalta-se ainda, o perceptível desconhecimento das pessoas com idade mais avançada frente às questões jurídicas, contratuais e financeiras, daí aproveitando-se desta situação, empresas como a Apelada impõem seus produtos de forma exagerada ao consumidor idoso, sendo essa conduta enquadrada em prática abusiva, vedada pelo CDC.

Art. 39. É **vedado** ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

A hipervulnerabilidade da pessoa idosa pode facilmente ser definida como o agravamento da condição de vulnerabilidade do consumidor em razão de sua idade avançada, pouca instrução e demais características pessoais que facilitariam que terceiros mal intencionados pudessem se aproveitar destas pessoas, daí a existência dessa categoria socialmente frágil e a necessidade de uma especial proteção.

O Estatuto do idoso, sabendo desta vulnerabilidade quebrou a barreira de proteção exclusivamente patrimonial, pois nele a proteção é integral, abrange a todos os idosos e em tudo aquilo que se refere à vida em sociedade.

Tratando-se, portanto, de consumidor idoso, sua vulnerabilidade é potencializada. Potencializada pela vulnerabilidade fática e técnica, pois é um leigo frente a um especialista organizado em cadeia de fornecimento de serviços, um leigo que necessita de forma premente dos serviços, muitas vezes frente à doença ou à morte iminente, e que deve, tal qual se busca, ser respeitado a fim de que finalmente seja alcançada a tão almejada Justiça.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



A jurisprudência já vem reconhecendo tal situação de vulnerabilidade que paira sobre o idoso, inclusive em casos em que a própria Apelante figura como ré, veja-se:

DANO MORAL. Declaratórias cumuladas com indenização. Procedência. Inconformismo da autora. Valor arbitrado. Empréstimos consignados. Contratação ausente. **Idosa. Vulnerabilidade.** Majoração concedida. **A conduta de descontar em benefício previdenciário empréstimos não contratados é grave e merece reprimenda, em especial por ser a autora pessoa idosa, mais suscetível e vulnerável ao impacto de uma atitude despropositada como esta.** (TJ-SC - AC: 20160002436 Tangará 2016.000243-6, Relator: José Inacio Schaefer, Data de Julgamento: 08/03/2016, Quarta Câmara de Direito Comercial)

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO NULO. **PESSOA IDOSA E ANALFABETA. AUSÊNCIA DE FORMALIDADE DEVIDA.** RESTITUIÇÃO DO VALOR DESCONTADO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. CONFIGURADO. MAJORAÇÃO DO QUANTUM. 1. A parceria comercial entre os Bancos Itaú e BMG unificou seus negócios de créditos consignados, restando, portanto, concentradas todas as operações relativas a esta modalidade de empréstimo no chamado Banco Itaú BMG Consignado, sucessor contratual em todos contratos de empréstimo consignado titularizados pelo Banco BMG, de forma que este é também parte legítima para figurar no polo passivo da demanda em que se discute empréstimo consignado. 2. **Os contratos de empréstimo consignados são nulos, considerando que o idoso consumidor se mostra HIPERVULNERÁVEL na relação contratual, de modo que, indubitavelmente, competia à instituição financeira agir segundo os princípios da boa-fé objetiva, da confiança, da proteção ao consumidor vulnerável, ao dever de informação, com o escopo de preservar os direitos, a dignidade e as condições vida digna da pessoa idosa, visto que o benefício previdenciário é a sua única fonte de renda e sustento.** 3. O analfabeto é plenamente capaz para o exercício dos atos da vida civil, contudo, em relação à celebração de contratos, exige-se observância algumas formalidades legais, posto que a simples oposição de impressão digital em documento particular e a assinatura de duas testemunhas, não constitui prova de que ele tenha concordado com os termos da avença. Precedentes desta Corte. 4. Assim, em sendo nulo o contrato firmado entre as partes, estas devem voltar ao status quo ante, de modo que o contratante devolve o valor que lhe foi disponibilizado (como admitiu em sua peça exordial) e a instituição financeira devolve o valor das parcelas descontadas no benefício previdenciário do aposentado,

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



não havendo óbice para a compensação de valores. 5. Recurso parcialmente provido. (TJ-TO - APL: 00087198020198270000, Relator: RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA)

Diante disto, é insurgente e inegável a caracterização do dano moral ao observarmos a situação fática ora em comento, sendo a reforma e até a anulação da sentença medida imprescindível para haja justiça ao caso da Apelante que não sequer se recorda de ter assinado com sua digital o presente no contrato e tampouco utilizou ou recebeu qualquer contraprestação pelo serviço supostamente contratado.

Deste modo, I. julgadores, a ausência de condenação da Instituição Apelada, incentiva e corrobora para que atitudes como estas se tornem recorrentes no meio consumerista e prejudiquem tão somente seus clientes mais vulneráveis, aqueles que mais necessitam de recursos financeiros nos momentos de emergência e buscam nestas instituições contratos de empréstimos que atendam suas necessidades.

Assim faz-se necessário que a sentença proferida pelo D. juízo *a quo* seja reformada, de modo a considerar as contratações nulas (contrato sob nº12138473), e assim proceder-se ao cancelamento definitivo dos descontos perpetrados, a restituição em dobro dos valores indevidamente pagos pela Apelante, e, por fim a condenação do Apelado ao pagamento de indenização por danos morais devido a todos os danos que foram e vem sendo causados a Apelante devido a sua conduta fraudulenta da Instituição Apelada.

2.2 – DA NÃO UTILIZAÇÃO E DESBLOQUEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO

Verifica-se através da documentação juntada pelo próprio Apelado que a Apelante JAMAIS UTILIZOU O REFERIDO CARTÃO DE CRÉDITO, justamente por não reconhecê-lo como um produto que havia sido contratado por ela evidenciando mais uma vez a ausência de conhecimento da apelante sobre a referida contratação.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



OS DESCONTOS INICIARAM-SE EM 12/2015 E NÃO POSSUI DATA DE FINALIZAÇÃO, OU SEJA, É UMA COBRANÇA ETERNA POR CARTÃO DE CRÉDITO NUNCA RECEBIDO!

Logo, reconhece-se a ilegalidade da contratação do cartão de crédito e, por consequência a inexistência de relação jurídica referente ao cartão e a liberação da margem consignável junto à Previdência.

Nesse sentido, destaca-se a jurisprudência pátria no que concerne a casos semelhantes, veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO.** SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DO BANCO REQUERIDO. **ALEGAÇÃO DE QUE HOUVE ADESÃO A CARTÃO DE CRÉDITO QUANDO DO REFINANCIAMENTO DO EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA VERIFICADA. PRÁTICA ABUSIVA.** INTELIGÊNCIA DO ART. 39 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MULTA DIÁRIA FIXADA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE CANCELAR A RESERVA EFETUADA NA MARGEM CONSIGNÁVEL DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. MANUTENÇÃO. EXEGESE DO ART. 461, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APELO DA AUTORA. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PREFACIAL AFASTADA. MÉRITO. DANOS MORAIS. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL PARA CARTÃO DE CRÉDITO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. IMPOSSIBILIDADE. CARTÃO DE CRÉDITO QUE NÃO FOI DESBLOQUEADO. CONDUTA ILÍCITA VERIFICADA. DANO MORAL CARACTERIZADO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. RECURSO DO REQUERIDO CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (AC n. 2013.073876-9, rel. Des. Rejane Andersen, j. 12-8-2014)

Para que não restem dúvidas, a previsão contratual acerca do cartão de crédito não pode ser considerada válida devido ao fato de que a apelante sequer utilizou o cartão de crédito.

Reitera-se a nulidade contratual diante da resolução a que se chega a jurisprudência atual:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE. ALEGADA VENDA CASADA DE CARTÃO DE CRÉDITO. AFRONTA AO ART. 39, I, DO CDC. **SERVIÇO CONTRATADO E NÃO UTILIZADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ALUSIVA AO CARTÃO E LIBERAÇÃO CONSIGNÁVEL. VALIDADE DO EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL QUE SE MANTÉM. NULIDADE DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. BANCO RÉU QUE, VIOLANDO O DIREITO DE INFORMAÇÃO, INTERFERIU DIRETAMENTE NA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO CONSUMIDOR ENSEJANDO NA ACEITAÇÃO DE CONTRATO INEVITAVELMENTE MAIS ONEROSO DENTRE OS DISPONÍVEIS. CONTRATO NULO.** Quando se desvirtua ou se sonega o direito de informação, esta-se agindo em sentido diametralmente oposto a boa-fé objetiva, ensejando, inclusive, a enganiosidade. A informação deve ser clara, objetiva e precisa, pois, do contrário, equivale ao silêncio, vez que influi diretamente na manifestação de vontade do consumidor sobre determinado serviço ou produto - corolário da confiança que o consumidor deposita no fornecedor. O banco, ante as opções de modalidades de empréstimo ao consumidor, sem dota-lo de informações sobre os produtos, fez incidir um contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignável, quando o interesse do consumidor era simplesmente obter um empréstimo, haja vista que o cartão de crédito nunca foi usado. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. REPETIÇÃO DEVIDA NA FORMA SIMPLES. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ OU DOLO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REQUERIDA. POSSIBILIDADE COMPENSAÇÃO. DANO MORAL EVIDENTE. ATENTADO CONTRA A VERBA DE SUBSISTÊNCIA. JUROS DE MORA DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA DO ARBITRAMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAL INVERTIDO. ÊXITO INTEGRAL DO REQUERENTE. Recurso conhecido e provido. (TJ-SC - AC: 03008797620188240092 Capital 0300879-76.2018.8.24.0092, Relator: Guilherme Nunes Born, Data de Julgamento: 11/10/2018, Primeira Câmara de Direito Comercial)

Posto isto, o Apelado, por meio de seus correspondentes que cientes do interesse do Apelante, rompendo com a lealdade e boa-fé inerentes a formação do contrato, desvirtuou a real intenção do consumidor exclusivamente em proveito próprio, passando a instituir um contrato de cartão de crédito pernicioso,

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



diametralmente oposto aquele empréstimo consignado e, agindo assim, afrontou os mais elementares direitos salvaguardados ao consumidor.

Diante dos atos da instituição Apelada o TJMG já vem se manifestando de forma a não admitir a violação do direito de informação do consumidor que é a parte mais frágil da relação de consumo, que torna-se ainda mais frágil quando no caso do idoso:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C CANCELAMENTO DE CONTRATO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – INTENÇÃO DE CONTRATAR APENAS EMPRESTIMO – DESNATURAÇÃO DO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO – DANO MORAL – AUSÊNCIA. **Indica violação do dever de informação previsto no CDC o fornecimento de contrato de cartão de crédito consignado quando a pretensão do consumidor era obter “mero” empréstimo consignado** e, em tais casos, devem prevalecer as condições do produto pretendido. Ausente ofensa aos direitos da personalidade afigura-se descabido o dano moral reclamado. Recurso parcialmente provido. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0570.19.000295-8/001 - COMARCA DE SALINAS - APELANTE(S): DURVALINO AFONSO VIEIRA - APELADO(A)(S): BANCO CETELEM S.A.

Razão pela qual a sentença proferida pelo D. juízo *a quo* merece ser reformada, de modo a considerar a contratação nula (**contrato sob nº 11639656**), e assim proceder-se ao cancelamento definitivo dos descontos perpetrados, a restituição em dobro dos valores indevidamente pagos pela Apelante, e, por fim a condenação do Apelado ao pagamento de indenização por danos morais devido a todos os danos que foram e vem sendo causados a Apelante devido a sua conduta fraudulenta da Instituição Apelada.

III – DOS PEDIDOS

EX POSITIS REQUER:

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



a) Seja ACOLHIDO E PROVIDO o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, pois o mesmo atende todos os requisitos intrínsecos e extrínsecos previstos no Código de Processo Civil;

b) Seja PROVIDA a presente apelação, para o fim de reformar a sentença combatida e declarando a nulidade dos contratos sob nº 11639656, bem como de todos os descontos que foram realizados no benefício da Apelante, provenientes dos referidos contratos, visto que a Apelante é ANALFABETA devendo ter sido juntado ao contrato Instrumento Público de Procuração conforme prescreve a jurisprudência atual e os arts. 104, III, e 166, IV do C.C;

c) Seja PROVIDO o presente recurso de apelação, para o fim de reformar a sentença combatida e condenar o Apelado a restituir em dobro o valor de R\$ 4.940,10 descontados indevidamente dos benefícios da Apelante, bem como das parcelas que forem descontadas no trâmite da demanda, cuja quantia deverá ser atualizada pelo IGPM, e juros de 1% ao mês desde a data de cada desconto;

d) Seja PROVIDA a presente apelação, para o fim de reformar a sentença combatida e condenar o Apelado ao pagamento do valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a título de indenização por danos morais;

e) Caso assim não entenda, requer de modo alternativo a **SUSPENSÃO** dos descontos tendo em vista que a Apelante já pagou ao Apelado quantia de R\$ 4.940,10 (quatro mil novecentos e quarenta reais e dez centavos) mais que o triplo do valor de R\$ 1.659,24 (mil seiscentos e cinquenta e nove e vinte e quatro) que o Apelado supostamente disponibilizou a Apelante.

f) A intimação da apelada para que, em querendo, manifeste acerca do presente recurso;

g) Requer ainda a majoração dos honorários advocatícios, conforme §11º do art. 85 do CPC/2015.

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



Nestes termos, pede provimento.

Salinas/MG, 11 de maio de 2020.

Anderson Alberth Rodrigues Junior
OAB/MG 113.231

Lorraine Alves Gonçalves
OAB/MG 187.511

Matriz / Montes Claros - MG

Rua Correa Machado, 1025 - Ed. Premier Center,
Salas 1105 - 1106 - 11º andar - Centro.

(38) 3221-4273

Filial / Salinas/MG

Rua Miguel de Almeida, 22, Centro.
(38) 99939-9165 / 99163-8104

rodriguesmoraisspje@hotmail.com

Filial / São João do Paraíso/MG

Rua Mato Grosso, 325, Morada do Sol.
(38) 99863-5957 / 99141-1381

Filial / Taiobeiras/MG

Av. Amazonas, 109, Centro.
(38) 99961-1980 / 99100-5163

99107-8460



Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Salinas/MG

Ref.: Autos nº. 5000028-81.2020.8.13.0570

BANCO BMG S/A, nos autos da ação em referência, movida por **MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA**, tendo em vista a apelação interposta, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, por seus procuradores ao final assinados, apresentar **CONTRARRAZÕES**, consoante fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Termos em que,
P. deferimento.

Belo Horizonte/MG, 20 de maio de 2020.

Christiane Freitas Campos
OAB/MG 94.015



**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO**

RECORRENTE: MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA

RECORRIDO: BANCO BMG S/A

Eméritos Julgadores,

I – SÍNTESE DA DEMANDA

Cuidam-se os autos de ação revisional indenizatória ajuizada pela parte Autora lastreada no argumento de ter firmado contrato junto ao Réu.

Sustenta que posteriormente verificou que se tratava de modalidade diversa da que acreditava ter contratado, tendo inclusive verificado irregularidades na contratação, pleiteando assim a inexigibilidade do débito, a restituição dos valores descontados e danos morais.

Devidamente citado, o Banco BMG apresentou defesa instruída com documentos que comprovam a plena ciência do autor quanto à modalidade do contrato, bem como atestam o uso do produto reclamado para fins de saques.

Na sentença hostilizada, de forma acertada, o Juízo a quo julgou improcedentes os pedidos formulados na petição inicial.



Inconformado, o autor interpõe a apelação retro, pugnando pela reforma da sentença. Nada obstante, nenhuma razão assiste ao Autor, consoante restará demonstrado ao final desta peça.

II – DOS FUNDAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Consoante noticiado na peça contestatória, a parte Autora firmou contrato na modalidade cartão de crédito consignado, vindo a realizar saques de valores e compras por meio do produto em evidência.

Trata-se de contrato na modalidade RMC (reserva de margem consignável), disponibilizado aos clientes com margem consignável de até 10% dos vencimentos. Ao utilizar o serviço para fins saque de valores ou compras, o valor da fatura é debitado automaticamente no contracheque do contratante, até o limite disponível, permanecendo o saldo devedor para ser quitado pelo cliente mediante pagamento dos boletos encaminhados e, caso assim não se proceda, seguirão ocorrendo os descontos, até a quitação total da dívida.

Nesse contexto, infere-se que as cobranças reclamadas a título de RMC, decorrem da utilização do cartão fornecido pela Instituição Financeira Ré com autorização da parte Autora, conforme se depreende do contrato anexo, devidamente assinado.

Compulsando as provas constantes dos autos (faturas e comprovantes de TEDs), depreende-se **que houve utilização do cartão reclamado, o que demonstra a plena ciência do autor acerca da natureza do produto contratado.**



Evidentemente, não faz qualquer sentido a alegação autoral de que não solicitou o cartão, uma vez que o saldo devedor se refere ao uso do cartão para saques de valores.

Como é cediço, no ato da contratação, a modalidade do produto, bem como os encargos decorrentes do contrato objeto da lide foram devidamente informados à parte Autora que, ciente das cobranças, optou por firmar o contrato de empréstimo junto à Instituição Financeira Ré na modalidade cartão de crédito consignado.

Ademais, como se verifica da narrativa da inicial, bem como dos documentos carreados aos autos, o Autor não **realiza o pagamento de todas as faturas encaminhadas, contando apenas com o desconto mínimo em folha. Como é cediço, o pagamento mínimo da fatura enseja cobrança de encargos sobre o saldo remanescente, razão pela qual a dívida do autor estende-se até a presente data.**

Dessa forma, forçoso reconhecer que todas as cobranças são legais e encontram respaldo em contrato regularmente pactuado pela contraparte, razão pela qual o desprovemento do recurso é medida que se impõe.

III - CONCLUSÃO

Ante todas as considerações acima firmadas, requer-se desprovemento da apelação interposta, para que seja mantida a sentença hostilizada.

Termos em que,
P. deferimento.

Belo Horizonte/MG, 20 de maio de 2020.



Christiane Freitas Campos

OAB/MG 94.015



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça**

Cartório da 17ª Câmara Cível - Unidade Goiás

Certidão

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 16/09/2020. O referido é verdade e dou fé. Belo Horizonte, 16 de Setembro de 2020. Eu, LAURA DE PAULA MOREIRA FRATTEZI - ESCRIVÃ do Cartório da 17ª Câmara Cível - Unidade Goiás, assino digitalmente.



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE NULIDADE DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - CONTRATO CELEBRADO POR IDOSA ANALFABETA - INOBSERVÂNCIA DA FORMA PRESCRITA EM LEI - CONTRATO NULO - DESCONTOS INDEVIDOS - RESTITUIÇÃO DOS VALORES DE FORMA SIMPLES - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - INDENIZAÇÃO DEVIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Tendo em vista o disposto nos artigos 104, III e 166, IV, ambos do Código Civil, é nulo o contrato celebrado com analfabeto, quando não formalizado por instrumento público ou por instrumento particular assinado a rogo por meio de procurador constituído por instrumento público.

- Sendo assim, os descontos realizados na conta bancária do autor, referentes aos empréstimos não autorizados, devem ser restituídos.

- A restituição dos valores descontados da conta corrente do autor deve ser efetuada na forma simples, por não ter sido comprovada a má-fé da Instituição Financeira.

- Os descontos irregulares privam o beneficiário de parte de seus rendimentos, necessários à sua subsistência, o que enseja dano moral.

- No tocante à fixação da indenização por dano moral, deve o magistrado sempre ter em mente que, por um lado, a indenização deve ser a mais completa possível e, por outro, não pode tornar-se fonte de lucro, e quando da sua fixação, pautar-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

v.v. APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO - VÍCIO DE CONSENTIMENTO - EMPRÉSTIMO PESSOAL - ERRO SUBSTANCIAL - PACTUAÇÃO INVÁLIDA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES – INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 42, DO CDC – DEFERIMENTO.

- A força obrigatória dos Contratos cede às máculas que recaem sobre a manifestação volitiva, que têm o condão de tornar nulo ou anulável o negócio jurídico, o que ocorre nas hipóteses de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude.

- Quando comprovadamente realizada com vício de consentimento, a avença é passível de anulação.

- As pessoas jurídicas prestadoras de serviços respondem, objetivamente, por prejuízos decorrentes de falha na consecução de suas atividades, por se tratar de responsabilidade oriunda do risco do empreendimento.



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

- As cobranças de parcelas, mediante consignações mensais em folha de pagamento, com base em inválida e anulada contratação de Empréstimo Pessoal/Cartão de Crédito, autorizam a restituição em dobro dos respectivos valores, a teor do que dispõe o parágrafo único, do art. 42, do CDC.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.20.065523-1/001 - COMARCA DE SALINAS - APELANTE(S): MARIA DO ROSARIO RODRIGUES FONSECA - APELADO(A)(S): BANCO BMG S/A

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 17ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em **<DAR PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDA, EM PARTE, A RELATORA E O SEGUNDO VOGAL>**.

DESA. APARECIDA GROSSI
RELATORA.



DESA. APARECIDA GROSSI (RELATORA)

V O T O

Trata-se de recurso de apelação interposto por MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA contra a sentença proferida nos autos da ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c indenização por danos morais ajuizada em face do BANCO BMG S/A, que julgou improcedentes os pedidos formulados na proemial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa, suspendendo, no entanto, a exigibilidade por litigar sob o pálio da assistência judiciária.

A autora alegou nas razões recursais, em suma, a nulidade do contrato por não observar as formalidades legais, ou seja, a minuta contratual deveria estar acompanhada de procuração por instrumento público.

Pontuou que não contratou, recebeu, desbloqueou ou utilizou qualquer serviço de cartão de crédito do apelado.

Ressaltou, também, que eventualmente caso tenha ocorrido a contratação, foi pela má-fé dos prepostos do apelado que se valeram do analfabetismo e da idade avançada da autora.

Pede o provimento do recurso para reformar a sentença e declarar a nulidade do contrato, condenando o apelado a restituir em dobro os valores descontados no benefício da apelante e em indenização por danos morais valor de R\$25.000,00.



Contrarrazões apresentadas pelo apelado em óbvias infirmações.

É o relatório.

- JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à análise de suas razões.

- PRELIMINARES

Não há preliminares a serem enfrentadas.

- MÉRITO

Impende assinalar, inicialmente, que se trata de relação de consumo, na medida em que as instituições bancárias se enquadram no conceito de fornecedor de serviços, previsto no art. 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor.

O referido Codex contém normas de ordem pública e interesse social, inarredáveis pela vontade das partes, tornando-se imprescindível que as informações sobre os diversos produtos e serviços colocados no mercado sejam claras e precisas (art. 6º, III, c/c art. 46, ambos da Lei 8.078/90).

É oportuno consignar que norteiam o Diploma Legal sobredito os princípios da transparência e da confiança, que elevam a



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

importância da clareza e precisão da informação prestada pelo fornecedor ao consumidor, visando a proteger a parte hipossuficiente da relação de possíveis enganos ou erros.

A propósito, Cláudia Lima Marques destaca:

O direito à informação assegurado no art. 6º, III, corresponde ao dever de informar imposto pelo CDC nos arts. 12, 14, 18 e 20, nos arts. 30 e 31, nos arts. 46 e 54 ao fornecedor. Este dever de prestar informação não se restringe à fase pré-contratual, da publicidade, práticas comerciais ou oferta (arts. 30,31,34,35, 40 e 52), mas inclui o dever de informar através do contrato (arts. 46, 48, 52 e 54) e de informar durante o transcorrer da relação (a contrario, art. 51, I, IV, XIII, c/c art. 6º, III), especialmente no momento da cobrança da dívida (a contrario, art. 42, parágrafo único, c/c art. 6º, III), ainda mais nos contratos cativos de longa duração, ... pois, se não se sabe dos riscos naquele momento, não pode decidir sobre a continuação do vínculo ou o tipo de prestação futura, se continua; se não sabe quanto pagar ou se houve erro na cobrança ou se está discutindo quanto pagar, necessita a informação clara e correta sobre a dívida e suas parcelas. Neste momento informar é mais do que cumprir com o dever anexo de informação - é cooperar e ter cuidado com o parceiro contratual, evitando os danos morais e agindo com lealdade (pois é fornecedor que detém a informação!) e boa fé. (MARQUES, Cláudia Lima. BENJAMIM, Antônio Herman V., MIRAGEM, Bruno. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 2ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 178)

Concernente à responsabilidade civil imposta no art. 14 do CDC, pelo fato do serviço, ela é objetiva, independente de culpa, baseando-se no defeito, dano e nexo causal entre o dano ao consumidor-vítima e o defeito do serviço prestado, só não sendo responsabilizado o fornecedor do serviço quando o defeito inexistente ou se houver culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.



No caso em tela a apelante, na inicial, afirmou que jamais solicitou o cartão de crédito e que foi bloqueada parte de sua reserva de crédito (RMC - reserva de margem consignável).

Por sua vez, o recorrido instruiu a defesa com cópia da "Contrato de Adesão Cartão de Crédito Consignado Banco BMG e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento ", contendo apenas a sua impressão digital.

Releva assinalar que o banco réu não observou os requisitos necessários à contratação com pessoa analfabeta.

Neste caso, tratando-se de contrato celebrado por pessoa analfabeta, o artigo 595 do Código Civil prevê algumas formalidades que devem ser observadas pelos contratantes:

Art. 595. No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.

Em uma análise aprofundada do dispositivo legal sobredito, Humberto Theodoro Júnior esclarece:

O analfabeto, como não sabe grafar o próprio nome, não pode se obrigar por instrumento particular, a não ser mediante representação por procurador. A chamada "assinatura a rogo", isto é, assinatura de terceiro dada a pedido do analfabeto, não tem eficácia alguma, a não ser nos casos em que a lei excepcionalmente autoriza o mandato verbal (para negócios jurídicos em que não se exige forma escrita, o mandato pode ser verbal, conforme dispõe o art. 657, a contrario sensu). De igual forma, não vale



como assinatura a aposição de impressão digital em escritura privada, nas circunstâncias em que a lei exige a assinatura autógrafa.

Como o analfabeto (ou qualquer pessoa que esteja impossibilitada de assinar) somente poderá participar do instrumento particular mediante procurador, o mandato que a esse outorgar terá de ser lavrado por escritura pública, pois é esta a única forma de praticar declaração negocial válida sem a assinatura autógrafa da pessoa interessada. (aut. cit. Comentários ao Novo Código Civil, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, v. III, t. II, pp. 479/480).

Importante ressaltar que o art. 104, inciso III, do Código Civil estabelece que a validade do negócio jurídico requer forma prescrita ou não defesa em lei, sendo nulo aquele que se revestir de outro modo (art. 166, IV, CC).

In casu, a instituição financeira não observou a forma prescrita em lei para a celebração do contrato trazido à baila, pois consta apenas a impressão digital, desacompanhada de procurador constituído por instrumento público, sendo insuficiente a simples impressão digital e a assinatura de testemunhas, conforme demonstrado alhures.

Como já se ressaltou, é indispensável a ratificação da vontade da contratante por representante formalmente constituído por ela, através de instrumento público, por ser analfabeta e não ter condições de avaliar as cláusulas do empréstimo, tarifas, taxas e outros produtos incluídos no contrato (como, "in casu", o cartão de crédito), etc.

Sendo assim, deve ser considerado nulo o contrato celebrado com a recorrida, em nome da autora, nos termos dos artigos 104 e 166, inciso IV, ambos do Código Civil e, conseqüentemente, eventuais



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

dívidas e débitos dele resultantes, considerando que os efeitos da decisão são "ex tunc".

Neste sentido tem decidido este eg. TJMG:

CIVIL E CONSUMIDOR - APELAÇÃO - AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO C/C INDENIZATÓRIA - PEDIDO DE COMPENSAÇÃO - INOVAÇÃO RECURSAL - NÃO CONHECIMENTO - DECADÊNCIA - ART. 26, CDC - INAPLICABILIDADE - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - DESCONTOS EM CONTA - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ANALFABETO - ASSINATURA A ROGO MEDIANTE INSTRUMENTO PÚBLICO - NECESSIDADE - PROVA DA CONTRATAÇÃO - AUSÊNCIA - NEGÓCIO JURÍDICO - NULIDADE - ATUAÇÃO DE FALSÁRIO - FORTUITO INTERNO - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - DESCABIMENTO - TEORIA DO RISCO - DANOS MATERIAIS - REPETIÇÃO EM DOBRO - MÁ-FÉ EVIDENCIADA - DANOS MORAIS - CONFORMAÇÃO - AMEAÇA À SUBSISTÊNCIA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE EM RELAÇÃO AO DANO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MINORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL

- Por afronta ao instituto da preclusão consumativa e em deferência à vedação à supressão de instância, é insuscetível de cognição o capítulo recursal que procede a indevida inovação, em relação às teses regularmente apresentadas ao juízo de origem;

- Em não se tratando de discussão judicial acerca de defeito, vício ou erro na prestação do serviço, não é aplicável a decadência prevista no art. 26, CDC;

- Malgrado possua plena capacidade civil, a pessoa que não saiba ou não possa ler e escrever só pode contratar validamente por meio de instrumento público ou de assinatura a rogo em instrumento particular, mediante procuração pública, sendo insuficiente a simples aposição de sua impressão digital no termo que encerra a avença;

- Não comprovado, pelo credor, que o negócio jurídico obedeceu aos preceitos formais cominados pela legislação civil, deve ser declarado nulo o contrato



cuja anulação se pleiteia, bem como ilegais os descontos em conta nele ancorados;

- Não constitui excludente de responsabilidade a constatação de que o contrato que originou os descontos indevidos foi celebrado por terceiro falsário, pois conforme a chamada Teoria do Risco, positivada no art. 927, parágrafo único, CC, o fornecedor possui o dever de diligenciar a fim de evitar riscos intrínsecos à sua atividade comercial;
- Nos termos do art. 42, parágrafo único, CDC, ausente a prova de que os descontos em conta possuíram amparo em relação jurídica válida ou em engano justificável, tem-se evidenciada a má-fé do credor, com consequente restituição dobrada do indébito;
- A constrição patrimonial involuntária por meio de fatos descontos abusivos em verbas previdenciárias de caráter alimentar de pessoa idosa, de condição econômica humilde e analfabeta extrapola o mero dissabor e vulnera a integridade moral da vítima, que vê seu sustento pessoal ameaçado;
- A indenização por danos morais deve ser fixada em patamar que corresponda à lesão sofrida, considerando as peculiaridades do caso concreto, segundo os critérios de razoabilidade;
- Havendo proveito econômico não irrisório por parte do litigante vitorioso, a remuneração de seu patrono deve ser fixada no mínimo de 10% do valor atualizado da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC/2015. (TJMG - Apelação Cível 1.0775.14.001592-3/001, Relator(a): Des.(a) Vasconcelos Lins, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/05/2018, publicação da súmula em 07/06/2018) (G.n.)

Sob outro ângulo visual, na hipótese em comento, é aplicável a Teoria do Risco da Atividade, prevista no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor e art. 927 do Código Civil, segundo a qual, quem tira proveito da atividade econômica desenvolvida deve suportar eventuais prejuízos dela advindos, de forma que os danos decorrentes da relação de consumo devem ser suportados pelo fornecedor, a não ser



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

que comprovada a inexistência de defeito na referida prestação do serviço ou culpa exclusiva da vítima.

Em se tratando de responsabilidade civil objetiva, mostra-se prescindível, portanto, a discussão acerca da culpa do agente, sendo suficiente a comprovação da falha na prestação do serviço, o dano causado ao consumidor e o nexo causal entre ambos.

No caso em análise, é evidente a falha na prestação dos serviços da instituição financeira, que não agiu com a devida cautela ao firmar um contrato com pessoa analfabeta, sem observar suas formalidades legais.

De igual forma, os descontos indevidos no benefício previdenciário do autor, gera dano moral.

A propósito, veja como tem decidido esta 17ª Câmara Cível:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO - SEGURADA ANALFABETA - SUPOSTA PACTUAÇÃO DE EMPRÉSTIMO INVÁLIDA - DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - RESSARCIMENTO DOS VALORES - CABIMENTO - DANOS MORAIS - MANUTENÇÃO.

- Sendo a contratante pessoa analfabeta, para ser válido, o Empréstimo Consignado depende de formalização por Escritura Pública ou, sendo por escrito particular, de assinatura a rogo, de Procurador regularmente constituído por Instrumento Público.

- A avença, da qual consta impressão digital não reconhecida pelo titular (analfabeta) do suposto mútuo, revela-se nula de pleno direito.

- Deve ser mantida a ordem de ressarcimento das quantias deduzidas irregularmente, por ser



consectário lógico da declaração de nulidade da contratação e, ainda, para que não haja enriquecimento sem causa do Banco Réu.

- Os descontos realizados indevidamente pela Instituição Financeira, sobre quantias originárias de benefício previdenciário, caracterizam ilícitos deflagradores de dano moral. (TJMG - Apelação Cível 1.0352.18.003083-0/001, Relator(a): Des.(a) Roberto Vasconcellos, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/02/2020, publicação da súmula em 18/02/2020)

No tocante à fixação da indenização por dano moral, deve o magistrado sempre ter em mente que, por um lado, a indenização deve ser a mais completa possível e, por outro, não pode tornar-se fonte de lucro, e quando da sua fixação, pautar-se pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A lei não indica os elementos que possam servir de parâmetro para estabelecer o valor da indenização, apenas dispõe que deverá se balizar pela extensão do dano (art. 944 do CC), sendo do prudente arbítrio do julgador tal ponderação.

Segundo Humberto Theodoro Júnior:

[...] nunca poderá, o juiz, arbitrar a indenização do dano moral, tomando por base tão somente o patrimônio do devedor. Sendo, a dor moral, insuscetível de uma equivalência com qualquer padrão financeiro, há uma universal recomendação, nos ensinamentos dos doutos e nos arestos dos tribunais, no sentido de que 'o montante da indenização será fixado equitativamente pelo Tribunal' (Código Civil Português, art. 496, inc. 3).

Por isso, lembra, R. Limongi França, a advertência segundo a qual 'muito importante é o juiz na matéria, pois a equilibrada fixação do quantum da indenização muito depende de sua ponderação e critério' (Reparação do Dano Moral, RT 631/36). (aut. cit.



Dano Moral. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998, p. 44).

Nessa linha de raciocínio, diante das circunstâncias do caso e sopesando os transtornos, a angústia, a ansiedade, as inquietações e os dissabores suportados pela autora, a condenação deve ser arbitrada em R\$10.000,00 (dez mil reais), os quais são suficientes para atenuar os danos morais por aquela suportados.

Por outro lado, impende asseverar que os valores descontados da autora deverão ser devolvidos, na forma simples, pois não restou comprovada a má-fé da instituição financeira, de modo a ensejar a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC.

De fato, o deferimento de devolução em dobro pressupõe a comprovação da má-fé por parte daquele que realizou a cobrança indevida consoante a orientação contida nos precedentes da Terceira e Quarta Turmas do colendo STJ, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO OPOSTOS. SÚMULA 282/STF.FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. COBRANÇA INDEVIDA E MÁ-FÉ DO CREDOR. NECESSIDADE DE CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. 2. A deficiência da fundamentação do recurso inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, atraindo, portanto, a incidência Súmula 284 do STF: "Inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência da fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". 3. A



jurisprudência desta Corte firmou posicionamento no sentido de que "A aplicação do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor somente é justificável quando ficarem configuradas tanto a cobrança indevida quanto a má-fé do credor fornecedor do serviço" (AgRg no REsp 1200821/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10.2.2015, DJe 13.2.2015). 4. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame da matéria fática da lide, nos termos da vedação imposta pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ. 5. A incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, ante a inexistência de similitude fática. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. ACÓRDÃO A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Raul Araújo votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Luis Felipe Salomão. (AgRg no AREsp 664.888/RS. Relator: Ministro Moura Ribeiro. Órgão Julgador: Terceira Turma. Julgado em: 01/03/2016. DJe: 07/03/2016.). (Grifado).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANO MORAL. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA. (1) VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. (2) OFENSA AO ART. 42 DO CDC. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. PRECEDENTES. (3) DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. ALTERAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ; E, (4) DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. 1. O conteúdo normativo do art. 475-B, §§ 1º e 2º, do CPC não foi objeto de debate no acórdão recorrido, carecendo, assim, do prequestionamento a viabilizar o recurso especial. Incidem, no ponto, as Súmulas nºs 282 e 356 do STF. 2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que, a teor do que dispõe o art. 42 do CDC, a devolução em dobro pressupõe a



existência de valores indevidamente cobrados e a demonstração de má-fé do credor. Precedentes. 3. A Corte de origem reconheceu não estar configurado o dano moral, de modo que, para afastar tal conclusão seria necessária nova incursão no acervo fático-probatório, o que se mostra inviável, ante a natureza excepcional da via eleita, a teor da Súmula nº 7 do STJ. 4. Não é possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, na hipótese em que o dissenso é apoiado em fatos e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c do permissivo constitucional. 5. Agravo não provido. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Senhores Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Raul Araújo votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Luis Felipe Salomão. (AgRg no AREsp 756.384/RS. Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti. Órgão Julgador: Quarta Turma. Julgado em: 16/2/2016. Dje: 19/02/2016). (Grifado).

Ocorre que essa não é a situação verificada no caso em apreço, pois, embora se trate de contrato nulo, a autora teve creditado em sua conta bancária o valor mutuado contratado, não se verificando, portanto, prova efetiva de má-fé da requerida.

Seguindo essa linha de raciocínio, a restituição dos valores indevidamente cobrados deverá ocorrer na forma simples, e não em dobro como pretende a apelante.

Os valores deverão ser corrigidos monetariamente pelo IGP-M, desde a data de cada cobrança, conforme a Súmula nº 43 do STJ, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação.



Por outro lado, a requerente deverá efetuar a devolução/compensação das importâncias creditadas em sua conta corrente, corrigidas monetariamente desde a data de sua disponibilização, de modo a impedir o enriquecimento sem justa causa da apelante (autora).

Com tais considerações, **DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO** para reformar a sentença e julgar procedentes em parte os pedidos da autora para:

a) Declarar a nulidade dos contratos de fls. 88/91 e 100-103 celebrados entre as partes;

b) Determinar a restituição de forma simples dos valores descontados no benefício da autora, referentes aos contratos acima citados, com correção monetária e juros de mora a partir dos descontos, ficando autorizada a compensação com o valor efetivamente creditado na conta daquela, corrigidos monetariamente deste a data da efetiva disponibilização.

c) Condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), atualizados a partir da data da publicação do presente acórdão, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do evento danoso, ou seja, do primeiro desconto indevido.

Tendo em vista o que restou decidido, condeno o requerido ao pagamento de 70% das custas processuais (incluídas as recursais) e dos honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, já observado o disposto no art. 85, §1º e 11, do CPC.



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

Outrossim, condeno a autora ao pagamento do valor remanescente e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa. Suspendo a exigibilidade de tais verbas em relação àquela por litigar sob o pálio da gratuidade judiciária.

DES. ROBERTO SOARES DE VASCONCELLOS PAES

Acompanho o judicioso Voto da Em. Relatora, para igualmente declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes, por ser decorrente de vício de consentimento da Autora; bem como para condenar o Réu ao pagamento de indenização por danos extrapatrimoniais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados a partir da data da publicação do presente Acórdão, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde o evento danoso, ou seja, do primeiro desconto indevido.

Outrossim, com respeitosa vênua, divirjo em parte do posicionamento da Eminentíssima Desembargadora Relatora, para determinar a restituição em dobro dos valores abatidos de forma imprópria do benefício previdenciário da Requerente, conforme razões que se seguem:

A repetição do indébito se aplica às relações jurídicas tributárias e civis, em decorrência de vínculos obrigacionais ou não.

A recomposição material da consumidora prejudicada está assegurada pelos Princípios da legalidade, da boa-fé e da proibição do enriquecimento sem causa.

Sobre a repetição de quantias cobradas indevidamente, ARNALDO RIZZARDO pontifica:

“De acordo com sentido jurídico, o pagamento indevido constitui um pagamento sem causa que se faz a alguém, trazendo-lhe uma vantagem ou o enriquecimento, empobrecendo ou prejudicando, em contrapartida, aquele que paga. É o pagamento que se faz na suposição errônea de que se está devendo, ou da inexistência de uma obrigação pendente de solução.” (“Contratos de Crédito Bancário”. 4ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 64).



A respeito, o Eg. Superior Tribunal de Justiça decidiu:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA ILEGAL DE VALORES. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. [...]

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é assente no sentido de que a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro. Precedentes: AgRg no REsp 1026215/RS; AgRg no REsp 1013058/RS; AgRg no Ag 953.299/RS.” (AgRg. no AREsp. nº 376.906/PR, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Acórdão publicado no DJe de 15/08/2014).

Impõe-se que a devolução seja efetivada em dobro, nos termos do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor:

“Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. **O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.**” (Destaquei).

Ao contrário do art. 940, do Código Civil, o dispositivo transcrito menciona apenas a cobrança de quantias indevidas, não exigindo, para a aplicação da penalidade de restituição em dobro, que o suposto credor haja se valido da via judicial para aquela finalidade.

LEONARDO DE MEDEIROS GARCIA defende, expressamente, a aplicabilidade da penalidade descrita no parágrafo único, do art. 42, da Lei nº 8.078/1990, tanto às cobranças extrajudiciais, como às judiciais:

“Por fim, entendemos que o direito a repetição em dobro independe do meio de cobrança. Ou seja, tanto na cobrança extrajudicial, quanto na cobrança judicial, desde que indevidas, cabe a aplicação do parágrafo



único do art. 42 (repetição em dobro).” (in “Direito do Consumidor : código comentado e jurisprudência”. 9ª ed. Salvador : JusPODIVM, 2013, p. 334).

Aquele festejado Doutrinador elucida:

“Se o consumidor pagou por uma dívida indevida ou por um preço maior que o devido, tem direito a receber em dobro o que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo quando o fornecedor provar que o erro se deu por engano justificável.

Primeiramente, é importante destacar que a sanção prevista (repetição em dobro) somente é aplicada quando houver: 1) cobrança indevida; 2) pagamento em excesso e 3) inexistência de engano justificável.” (Ob. cit., pp. 332/333).

Como dito, por se tratar de contratação gerada pela Instituição Bancária, que tem ciência de que a sua cliente, além de idosa (cód. 07), não é portadora de instrução suficiente para aquilatar a natureza e a extensão real do negócio, por ser analfabeta (cód. 06), mas se abstém de observar as cautelas devidas, é cabível a restituição em dobro, porquanto evidenciada a má-fé no lançamento da operação financeira, que apenas visou ao lucro fácil em detrimento da legalidade.

Haverá a atualização monetária das quantias a serem restituídas em dobro, bem como o acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

A correção será aplicada desde as datas em que se verificaram os descontos indevidos a favor do Réu, com observância dos fatores divulgados pela Corregedoria-Geral de Justiça, por considerarem a evolução inflacionária medida pelos índices oficiais e viabilizarem a necessária e justa recomposição oriunda da perda do valor nominal da moeda.

O ressarcimento deve ser pleno e equivalente ao prejuízo incorrido, sendo pertinente a aplicação do entendimento contido no Enunciado de Súmula nº 43, do Eg. Superior Tribunal de Justiça:



“Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.”.

Os juros de mora serão contados a partir da citação.

Ainda, com vistas ao restabelecimento das partes ao *status quo ante*, dos valores repetidos à Autora deverão ser deduzidos os montantes creditados em sua conta-corrente, descritos nos comprovantes de transferências de códs. 28 a 31, igualmente corrigidos, pelos índices da CGJMG, desde as datas de suas disponibilizações, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, tudo conforme se apurar em liquidação de Sentença.

Ao impulso dessas considerações, divirjo em parte do judicioso Voto da Em. Des^a Relatora e DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO, para: **1**- Declarar a nulidade do Contrato de Cartão de Crédito gerador das consignações (RMC) em folha de pagamento do benefício previdenciário da Demandante; **2** - Condenar o Réu a restituir à Autora, em dobro, as quantias correspondentes às parcelas indevidamente subtraídas dos seus proventos, corrigidas monetariamente, de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria-Geral de Justiça, desde as deduções, e acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação; **3** – Impor ao Requerido o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Postulante, a título de indenização por danos morais, com atualização monetária desde a publicação do Acórdão, segundo os mencionados fatores, e o acréscimo dos juros moratórios (1% ao mês), a contar do ato citatório; **4** - Ordenar que do montante condenatório imposto ao Postulado seja abatido o numerário transferido para a conta bancária da Requerente, a partir das datas da disponibilização das quantias (códos. 28 a 31), devidamente corrigido, pelos referidos índices (CGJTJMG), desde as datas dos creditamentos, com adição do encargo de mora de 1% (um por cento) ao mês, contado do trânsito em julgado, conforme se apurar em Liquidação; **5** – Estabelecer para o



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

Requerido a obrigação de arcar com as custas processuais, incluídas as recursais, e, a teor do que dispõem os §§ 2º e 11, do CPC, com os honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Determino ao Cartório desta Colenda Câmara Cível que oficie ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e ao Departamento de Relacionamento Institucional e Assuntos Parlamentares (ASPAR), do Banco Central do Brasil, acerca da existência desta Ação, remetendo-lhes cópias das peças dos autos, inclusive deste Acórdão, para eventuais providências que reputarem necessárias.

DES. AMAURI PINTO FERREIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

JD. CONVOCADO JOSÉ EUSTÁQUIO LUCAS PEREIRA

Peço vênia à ilustre Desembargadora Relatora e acompanho a divergência instaurada pelo 1º Vogal, Des. Roberto Soares de Vasconcellos Paes, apenas quanto à repetição em dobro do indébito, pelas razões que passo a expor.

É assente na jurisprudência pátria que a repetição do indébito em dobro, prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, pressupõe cobrança indevida por má-fé do credor, o que, permissa vênia, restou demonstrado nos presentes autos.

Primeiramente, convém diferenciar boa-fé subjetiva da boa-fé objetiva. Aquela remonta a um estado psicológico de inocência, ignorância do agente ou crença errônea a respeito de uma determinada circunstância negativa. Por sua vez, esta se coaduna com um estado externo, de observância de um comportamento leal, de não



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

lesão ou abuso, um exercício do direito dentro de limites razoáveis e esperados, de forma proba, confiável e equânime.

Em sentido oposto à boa-fé subjetiva, tem-se a má-fé, como sinônima de malícia, engano, dolo, ou seja, significa uma condição psicológica, ligada a subjetividade do indivíduo, sua psique.

Com isso, é possível verificar-se determinadas situações em que a pessoa age de modo subjetivamente mal intencionado, visando, exatamente, iludir a outra parte que, com ela, se relaciona. Fala-se, assim, em má-fé no sentido subjetivo ou o dolo de violar o direito da outra pessoa envolvida.

Pois bem.

No caso em apreço, reputo que os fatos narrados configuram a má-fé, haja vista que o banco agiu de forma intencional ao firmar contrato com consumidora idosa e analfabeta, sem observância dos requisitos legais, como se infere, com maior clareza, da seguinte passagem do judicioso voto do 1º Vogal:

Como dito, por se tratar de contratação gerada pela Instituição Bancária, que tem ciência de que a sua cliente, além de idosa (cód. 07), não é portadora de instrução suficiente para aquilatar a natureza e a extensão real do negócio, por ser analfabeta (cód. 06), mas se abstém de observar as cautelas devidas, é cabível a restituição em dobro, porquanto evidenciada a má-fé no lançamento da operação financeira, que apenas visou ao lucro fácil em detrimento da legalidade.

Com essa reprovável prática perpetrada, através de seus empregados, pela instituição financeira ré, pode-se afirmar, com segurança, a ocorrência de má-fé no caso em apreço, de modo a atrair a aplicação da regra prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, cabendo, com isso, a repetição do indébito em dobro.



De resto, ressalto que não estou a acompanhar a parte final do voto do Em. 1º Vogal quanto à determinação de expedição de ofícios.

Isso porque, a meu visto, é prescindível o envio de ofício ao Ministério Público de Minas Gerais e, também, ao Departamento de Relacionamento Institucional e Assuntos Parlamentares (ASPAR), do Banco Central do Brasil, para que tomem providências que entenderem necessárias, haja vista que o caso aqui julgado versou sobre mero dissenso contratual.

Tudo não passou de contenda civil, que se está a compor com o acerto que lhe está impondo o presente acórdão.

Com tais considerações, peço vênias à d. Des.^a Relatora **para acompanhar em parte** a divergência instaurada pelo eminente 1º Vogal Des. Roberto de Vasconcellos Paes, **DANDO PROVIMENTO À APELAÇÃO**, para: **1**- Declarar a nulidade do Contrato de Cartão de Crédito gerador das consignações (RMC) em folha de pagamento do benefício previdenciário da Demandante; **2** - Condenar o Réu a restituir à Autora, em dobro, as quantias correspondentes às parcelas indevidamente subtraídas dos seus proventos, corrigidas monetariamente, de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria-Geral de Justiça, desde as deduções, e acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação; **3** – Impor ao Requerido o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Postulante, a título de indenização por danos morais, com atualização monetária desde a publicação do Acórdão, segundo os mencionados fatores, e o acréscimo dos juros moratórios (1% ao mês), a contar do ato citatório; **4** - Ordenar que do montante condenatório imposto ao Postulado seja abatido o numerário transferido para a conta bancária da Requerente, a partir das datas da disponibilização das quantias (ordem 28 a 31), devidamente corrigido, pelos referidos índices (CGJTJMG), desde as datas dos creditamentos, com adição do encargo de mora de 1% (um por cento) ao mês,



Apelação Cível Nº 1.0000.20.065523-1/001

contado do trânsito em julgado, conforme se apurar em Liquidação; **5 –** Estabelecer para o Requerido a obrigação de arcar com as custas processuais, incluídas as recursais, e, a teor do que dispõem os §§ 2º e 11, do CPC, com os honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

No entanto, dirijo do e. 1º Vogal no que tange à expedição de ofícios para o **Ministério Público do Estado de Minas Gerais** e o **Departamento de Relacionamento Institucional e Assuntos Parlamentares (ASPAR), do Banco Central do Brasil**, pelos motivos alhures.

É como voto.

DES. EVANDRO LOPES DA COSTA TEIXEIRA

Pedindo vênia à eminente Relatora, estou a acompanhar a divergência parcial lançada pelo não menos eminente Primeiro Vogal, adotando suas razões de decidir.

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDA EM PARTE A RELATORA E O SEGUNDO VOGAL"

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargadora MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA GROSSI ANDRADE, Certificado: 1876, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2020 às 05:52:13. Signatário: Desembargador EVANDRO LOPES DA COSTA TEIXEIRA, Certificado: 0096255C3DD1AB5F783DE110608DD7A5BE, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2020 às 09:08:00. Signatário: Desembargador ROBERTO SOARES DE VASCONCELLOS PAES, Certificado: 3838745D08A3FD5F, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2020 às 09:12:42. Signatário: JOSE EUSTAQUIO LUCAS PEREIRA, Certificado: 6B9959DA5E5F7238DFF560E236313B5C, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2020 às 13:24:48. Julgamento concluído em: 06 de agosto de 2020.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 100002006552310012020842000

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SALINAS- MINAS GERAIS**

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Ref. Processo: 5000028-81.2020.8.13.0570

Autor: Maria do Rosário Rodrigues Fonseca

Ré: Banco BMG S/A

MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES FONSECA, já qualificada, por meio dos procuradores que esta subscrevem, vem perante V. Exa., requerer o **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**, em desfavor da **BANCO BMG S/A**, também já qualificado, o que faz nos seguintes termos:

A sentença de ID 112187054 proferida pelo M.M Juiz de 1º grau julgou IMPROCEDENTES o pedido da Autora, condenando a mesma ao pagamento de custas e honorários contratuais no percentual de 20% sobre o valor da causa, contudo foi suspensa a exigibilidade, pois foi deferida a mesma o benefício da assistência judiciária gratuita.

Da decisão prolatada foi interposto recurso de apelação pela parte, e conforme acórdão em anexo o mesmo provido sendo dado PROVIMENTO A APELAÇÃO, declarando nulo o contrato de adesão de cartão de crédito consignado, condenar o banco réu a devolução EM DOBRO das parcelas indevidamente descontadas do benefício da autora corrigidas monetariamente, de acordo com os índices divulgados pela Corregedoria- Geral de Justiça, desde as deduções, e acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, autorizada a compensação de valores eventualmente creditado em favor da autora, devidamente corrigido, pelos referidos índices (CGJTJMG),

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados

OAB/MG 4.331



desde as datas dos creditamentos, com adição do encargo de mora de 1% (um por cento) ao mês, contado do trânsito em julgado, conforme se apurar em Liquidação, indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) corrigidos da data da publicação do acórdão e juros de 1% da data de citação, além de honorários advocatícios para 20% sobre o valor da condenação em favor da parte autora, tendo a mesma transitado em julgado.

Sendo assim, o valor atualizado a ser pago a autora deve ser de R\$ 20.390,41 (vinte mil trezentos e noventa reais e quarenta e um centavos), mais R\$ 4.078,08 (quatro mil e setenta e oito reais e oito centavos) de honorários advocatícios, totalizando o valor de **R\$ 24.468,49 (vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos)**, conforme planilha anexa.

Infelizmente, como o Réu não cumpriu voluntariamente a integralidade da decisão, vê-se compelido a parte Autora a interpor o presente cumprimento de sentença, para o recebimento do valor de **R\$ 24.468,49 (vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos)**.

Tendo em vista que o Requerido não cumpriu a integralidade da sentença prolatada por Vossa Excelência bem como o Acórdão, se faz necessário o início da fase de cumprimento de sentença.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que tenha início a fase de Cumprimento de Sentença:

A) Com a intimação do Requerido, para que em quinze dias pague o valor **R\$ 24.468,49 (vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos)**, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros, conforme exposto acima, **BEM COMO COMPROVAR A SUSPENSÃO DOS**

RODRIGUES MORAIS & PRATES

Advogados Associados
OAB/MG 4.331



DESCONTOS REALIZADOS NO BENEFÍCIO DA AUTORA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA FIXADA PELO D. JUÍZO;

B) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa de 10% e, também, de honorários de advogado de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC, devendo Vossa Excelência proceder com a penhora *on line* do valor devido a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I e 854 ambos do NCPC de 2015;

C) Requer ainda que seja arbitrado, honorários de sucumbência na Fase de Cumprimento de Sentença em 20% do valor a ser pago, isso em caso de não haver o pagamento espontâneo;

Nestes termos, pede deferimento.

Montes Claros, 24 de setembro de 2020.

Anderson Alberth Rodrigues Junior
OAB/MG 113.231

Camila Carvalho Prates
OAB/MG 160.359

PLANILHA DE CÁLCULO

DANO MATERIAL – R\$ 10.417,32

DANO MORAL – R\$ 10.600,00

ABATIMENTOS – R\$ 626,91

- R\$ 20.390,41

HONORÁRIOS 20% -R\$ 4.078,08

TOTAL – R\$ 24.468,49



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Cálculo realizado utilizando dados informados pelo usuário.

Cálculo Judicial Simplificado

Período do Cálculo:	01/12/2015 a 31/08/2020	Período de Juros:	20/02/2020 a 31/08/2020
Honorários Adv.:	% sobre o valor do débito	Juros de:	1,00% a.m.
Multa:	sobre o valor do débito		
Correção Monetária do valor devido com base em:	ICGJ (%)	Atualizar até:	Agosto - 2020
DATA INICIAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA:	01/12/2015		

1º Período

01/12/2015 a 31/08/2020

Histórico	Valor Original	Índice	Valor Corrigido	Juros		Valor Corrigido + Juros
				Nº de meses	Valor Juros	
Capital DANO MATERIAL - RESTITUIÇÃO EM DOBRO	R\$ 8.219,24	1,1956892	R\$ 9.827,66	6.00	R\$ 589,66	R\$ 10.417,32
SOMA:		R\$ 8.219,24		SUBTOTAL:		R\$ 10.417,32

R\$ 10.417,32

Esclarecimento: Incidência de juros moratórios de 0,5% até janeiro de 2003.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Cálculo realizado utilizando dados informados pelo usuário.

Cálculo Judicial Simplificado

Período do Cálculo:	07/08/2020 a 31/08/2020	Período de Juros:	20/02/2020 a 31/08/2020
Honorários Adv.:	% sobre o valor do débito	Juros de:	1,00% a.m.
Multa:	sobre o valor do débito		
Correção Monetária do valor devido com base em:	ICGJ (%)	Atualizar até:	Agosto - 2020
DATA INICIAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA:	07/08/2020		

1º Período

07/08/2020 a 31/08/2020

Histórico	Valor Original	Índice	Valor Corrigido	Juros		Valor Corrigido + Juros
				Nº de meses	Valor Juros	
Capital DANO MORAL	R\$ 10.000,00	1,00000000	R\$ 10.000,00	6.00	R\$ 600,00	R\$ 10.600,00
SOMA:			R\$ 10.000,00	SUBTOTAL:		R\$ 10.600,00

R\$ 10.600,00

Esclarecimento: Incidência de juros moratórios de 0,5% até janeiro de 2003.

